



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO

AVAETÊ DE LUNETTA E RODRIGUES GUERRA

ASPECTOS FILOSÓFICOS E ATEMPORAIS DA TEORIA POLÍTICA DE MAQUIAVEL

JOÃO PESSOA
2021



Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra

ASPECTOS FILOSÓFICOS E ATEMPORAIS DA TEORIA POLÍTICA DE MAQUIAVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Narbal de Marsillac Fontes

João Pessoa

21 de junho de 2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G934a Guerra, Avaetê de Lunetta e Rodrigues.

Aspectos filosóficos e atemporais da teoria política de Maquiavel / Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra. - João Pessoa, 2021.

72 f.

Orientação: Narbal de Marsillac Fontes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

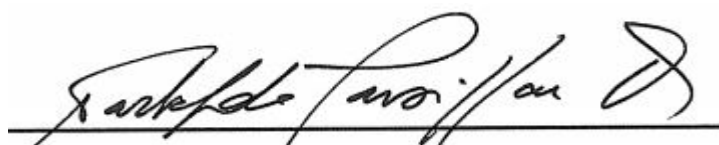
1. Política - Maquiavel. 2. Ética. 3. Príncipe. 4. Virtù. 5. Modelo político italiano. I. Fontes, Narbal de Marsillac. II. Título.

UFPB/BC

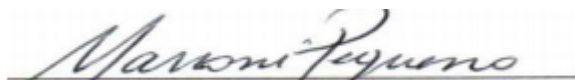
CDU 32(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Dissertação intitulada “ASPECTOS FILOSÓFICOS E ATEMPORAIS DA TEORIA POLÍTICA DE MAQUIAVEL”, de autoria de Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra, foi considerada **APROVADA** pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Narbal de Marsillac Fontes – UFPB – Presidente/Orientador



Prof. Dr. Marconi José Pimentel Pequeno – UFPB – Examinador Interno



Prof. Dr. Luciano da Silva – UFCG - Examinador Externo

DEDICATÓRIA

A Deus

À minha família

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu a possibilidade de obter o conhecimento.

Aos meus familiares, que acompanharam minha trajetória antes e durante o curso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Narbal de Marsillac Fontes, por confiar e acreditar no meu potencial.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. Marconi José Pimentel Pequeno, Prof. Dr. Cristiano Bonneau e Prof. Dr. Luciano da Silva, pelas críticas e sugestões.

À Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade de concluir a graduação e agora o Mestrado na instituição.

Ao amigo Prof. Dr. Aldeni Barbosa, que contribuiu de forma significativa para meu ingresso no PPGF-UFPB.

Ao amigo Prof. Dr. Bruno Allison Araújo, pelo apoio concedido durante o curso.

À Assistente em Administração do PPGF, Jéssica Martins de Oliveira, pela contribuição e competência nos trâmites burocráticos.

A todos que, de forma direta ou indireta, colaboraram para que esse sonho fosse concretizado.

“Os homens quando não são forçados a lutar por necessidade, lutam por ambição”.

Maquiavel

RESUMO

Trata-se, neste trabalho, de analisar as ideias e contribuições de Maquiavel para a Itália do século XVI, quando o Renascimento alcança seu auge, testemunhando fatos políticos envolvendo sua cidade natal, Florença, onde havia um grande desejo por parte da população que almejava mudanças, inspirando o sábio Florentino em seus escritos e pensamentos, gerando, assim, um forte sentimento de esperança em uma unidade política. O presente trabalho investiga tópicos referentes aos períodos Trecento e Quattrocento, fundamentais na construção do modelo político italiano da época, apresentando as influências históricas que levaram Nicolau Maquiavel a desenvolver suas teorias. A pesquisa foi desenvolvida tendo por base as obras *O Príncipe* e *Discorsi*, além das contribuições de importantes comentadores. A hipótese de investigação da presente dissertação afirma que Maquiavel foi responsável pela “invenção” de uma teoria política própria e inovadora para a época, desmistificando a ideia de que o Florentino seria apenas um agente revelador dos fatos que estavam ocorrendo no seu tempo. O método de investigação terá por objetivo demonstrar que, mesmo não tendo um caráter moralista, Maquiavel foi capaz de estabelecer princípios fundamentais da conduta humana no sentido filosófico, ao analisar aspectos da realidade política da época, instaurando um novo olhar, na tentativa de investigar o que é possível e eficiente no universo de alternativas aos que procuram vitórias nas suas práticas e ações, extraindo lições obtidas em eventos pregressos, que farão toda a diferença na formulação de sua teoria política. Também discute o conceito de *virtù*, utilizado pelo autor em seus escritos e frequentemente abordado por filósofos e pesquisadores de diversas épocas, fazendo uma análise das obras *Discorsi* e "*O Príncipe*" enquanto obra de aconselhamento a novos governantes, explorando algumas consequências destas abordagens. Por fim, no último capítulo, faremos um apanhado geral em torno das questões éticas e religiosas presenciadas pelo autor, discutindo religião e política, dialogando com as biografias de referência, objetivando um maior entendimento acerca das contribuições filosóficas trazidas por Maquiavel para a Itália da época.

Palavras-chave: Maquiavel; Política; Ética; Príncipe; *Virtù*.

ABSTRACT

In this work, it is about analyzing Machiavelli's ideas and contributions to 16th- century Italy, when the Renaissance reached its peak, witnessing political facts involving his hometown, Florence, where there was a great desire on the part of the population that aimed for changes, inspiring the sage Florentino in your writings and thoughts, thus generating a strong feeling of hope in a political unity. The present work investigates topics related to the Trecento and Quattrocento periods, fundamental in the construction of the Italian political model of the time, presenting the historical influences that led Nicolau Machiavelli to develop your theories. The research was developed based on the works *The Prince* and *Discorsi*, in addition to the contributions of important commentators. The research hypothesis of this dissertation, states that Machiavelli was responsible for the "invention" of a political theory of its own and innovative for the time, demystifying the idea that Florentino would be only a revealing agent of the facts that were happening in his time. The research method will aim to demonstrate that, although not having a moralistic character, Machiavelli was able to establish fundamental principles of human conduct in the philosophical sense, by analyzing aspects of the political reality of the time, establishing a new look, in an attempt to investigate what it is possible and efficient in the universe of alternatives to those who seek victories in their practices and actions, drawing lessons from previous events, which will make all the difference in the formulation of their political theory. It also discusses the concept of *virtù*, a term used by the author in this writings and frequently addresses by philosophers and researchers from different eras, making an analysis of the works *Discorsi* and "*The prince*" as a work of advice to new rules, exploring some consequences of these approaches. Finally, in the last chapter, we will make an overview of the ethical and religious issues witnessed by the author, discussing religion and politics, dialoguing with the reference biographies, aiming at a greater understanding about the philosophical contributions brought by Machiavelli to Italy at the time.

Keywords: Machiavelli; Politics; Ethic; Prince; *Virtù*.

RIASSUNTO

Nel presente testo, si propone di analizzare le idee e gli apporti di Machiavelli all'Italia del XVI secolo, quando il Rinascimento raggiunse il suo apice, testimoniando i fatti politici che coinvolgevano la sua città natale, Firenze, ove c'era un grande desiderio da parte dei cittadini che bramavano cambi, ispirando il saggio fiorentino nei suoi scritti e nei suoi pensieri, generando così un forte sentimento di speranza nell'unità politica. La presente dissertazione indaga temi riferiti ai periodi Trecento e Quattrocento, fondamentali nella costruzione del modello politico italiano dell'epoca, presentando le influenze storiche che portarono Niccolò Machiavelli a sviluppare le sue teorie. La ricerca è stata sviluppata sulla base delle opere *Il Principe* e *I Discorsi*, oltre ai contributi di importanti commentatori. L'ipotesi della ricerca di questa dissertazione, afferma che Machiavelli fu responsabile dell' "invenzione" di una teoria politica propria e innovativa per l'epoca, demistificando l'idea che il fiorentino sarebbe solo un agente rivelatore dei fatti che stavano accadendo nel suo tempo. Il metodo di ricerca avrà lo scopo di dimostrare che, pur non avendo un carattere moralistico, Machiavelli è stato in grado di stabilire i principi fondamentali della condotta umana in senso filosofico, analizzando aspetti della realtà politica del tempo, introducendo una nuova visione, nel tentativo di indagare ciò che è possibile ed efficiente nell'universo delle alternative per coloro che cercano vittorie nelle pratiche ed azioni, fornendo insegnamenti ottenuti da eventi precedenti, che faranno la differenza nella formulazione della loro teoria politica. Si discute anche il concetto di *virtù*, utilizzato dall'autore nei suoi scritti e frequentemente trattato da filosofi e ricercatori di epoche diverse, facendo un'analisi delle opere *Discorsi* e *Il Principe* come opera di consulenza per i nuovi governanti, esaminando alcune conseguenze di questi approcci. Infine, nell'ultimo capitolo, faremo una panoramica delle questioni etiche e religiose testimoniate dall'autore, discutendo di religione e politica, dialogando con le biografie di riferimento, mirando ad una maggiore comprensione degli apporti filosofici introdotti da Machiavelli nell'Italia dell'epoca

Parole chiave: Machiavelli; Politica; Etica; Principe; *Virtù*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. ITÁLIA, MAQUIAVEL E A CRISE POLÍTICA.....	16
1.1. A Itália no Trecento e Quattrocento.....	18
1.2. Reflexões maquiavelianas a respeito dos conflitos em Florença.....	24
1.3. Maquiavel, Florença e os Médici.....	28
2. O PRÍNCIPE E A ANÁLISE DO PODER.....	33
3. <i>VIRTÙ</i> EM MAQUIAVEL.....	36
3.1. A definição de <i>virtù</i>	37
3.2. ‘ <i>Virtù</i> x Fortuna’.....	41
3.3. A <i>Virtù</i> e o assassinato na política.....	44
4. ÉTICA, ARMAS E RELIGIÃO: AMBIÇÕES E DOMÍNIOS DO PRÍNCIPE.....	51
4.1. Maquiavel e as estratégias político-militares.....	51
4.2. As questões religiosas em Maquiavel.....	55
4.3. As formas de governo no pensamento de Maquiavel.....	61
4.4. “Os fins justificam os meios”.....	65
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Os primeiros filósofos procuraram conhecer o mundo na sua origem, deixando em segundo plano os fatos ligados à estrutura da comunidade. Na antiguidade, os temas presentes no dia a dia passaram a ser discutidos nos ambientes filosóficos, onde a política ganhou notoriedade, influenciando diversos pensadores e estendendo-se pela Idade Média, quando as teorias de alguns filósofos propagavam que a política era regida pelo divino, por meio de seus designados. Tempos depois, no período renascentista, os filósofos deixaram de lado esse ideal moldado na cultura medieval, retornando à leitura dos clássicos antigos.

Nesse panorama renascentista, surge Nicolau Maquiavel¹ (1469-1527), que foi, sem dúvidas, um dos maiores pensadores políticos da sua época, tendo produzido grandes obras, sendo as mais importantes *O Príncipe* (1513-1532) e os *Discorsi – Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1513 – 1521). Tais obras possuem uma unidade temática, também de pensamento, apesar de terem alvos diferentes. Maquiavel testemunhou fatos políticos muito específicos da história de sua cidade, Florença, onde havia um grande desejo por parte da população que almejava mudanças, inspirando-o nos seus escritos e pensamentos, gerando, assim, um forte sentimento de esperança em uma unidade política.

A obra *O Príncipe* mostra o que é necessário para um governante fundar um Estado e mantê-lo. Maquiavel diz que um príncipe deve preferir ser temido a ser amado; ele deve sacrificar a virtude ao interesse do Estado. A teoria de que o fim justifica os meios, apesar da não comprovação da autoria, foi posteriormente criticada e considerada imoral. Não é que ele não aprecie a virtude, mas, naquela época de violência, apenas um príncipe enérgico e inescrupuloso poderia tornar a Itália mais forte e próspera.

Antes de Maquiavel, as obras de gênero político aconselhavam os governantes a adotarem o melhor príncipe como modelo, mas a versão de Maquiavel recomenda que um príncipe busque a veracidade das coisas e renuncie ao padrão de “o que deve ser feito” para que não ocorra sua ruína. Para se manter, um príncipe deve aprender a não ser bom e usar ou

1 Niccoló Machiavelli nacque a Firenze (Italia) nel 1469, morendo nella stessa città nel 1527. Era un filosofo politico, scrittore e uomo pubblico, autore dell'opera chiamata *Il Principe*. Studioso politico, vissuto durante il governo di Lourenço de Médici, era figlio di Bernardo Maquiavel, giurista della provincia della Marca de Ancona e Bartolomea Neli, legato a illustri famiglie fiorentine. Molto interessato alla politica del suo tempo, Machiavelli partecipò assiduamente alla politica fiorentina, venendo nominato segretario della Seconda Cancelleria durante il governo di Piero Soderim, carica riconosciuta per essere composta da grandi nomi dell'umanesimo civico. Machiavelli servì la Repubblica con grande competenza, organizzando milizie formate da cittadini, svolgendo missioni diplomatiche in compagnia di grandi leader politici in altri territori, collaborando intensamente per generare stabilità nel governo di Firenze, in un momento di grande agitazione nella politica italiana. Nella sua opera politica presenta inchieste sull'arte di governare, rivolgendosi a un principe immaginario, con l'obiettivo di unificare l'Italia fino a quel momento decadente, rendendola una nazione potente e forte.

não usar esse conhecimento “de acordo com a necessidade”. Um observador veria tal príncipe como guiado pela necessidade, e, desse ponto de vista, Maquiavel pode ser interpretado como o fundador da ciência política moderna, uma disciplina baseada no estado real do mundo em oposição a como o mundo poderia ser em utopias, como a República de Platão (428 / 27-348 / 47 aC) ou a Cidade de Deus de Santo Agostinho (354-430). Esta interpretação pode ser encontrada nas obras do historiador alemão Friedrich Meinecke² (1862–1954) e do filósofo alemão Ernst Cassirer³ (1874–1945). A interpretação amoral apoia-se no recurso frequente de Maquiavel à “necessidade” para desculpar ações que, de outra forma, poderiam ser condenadas como imorais. Mas Maquiavel também aconselha o uso da prudência em circunstâncias particulares e, embora, às vezes, ofereça regras ou remédios para os príncipes adotarem, ele não procura estabelecer leis políticas universais ou exatas à maneira da ciência e da política moderna.

A hipótese de investigação deste trabalho busca demonstrar que Maquiavel foi o criador de uma teoria política própria e transformadora para a época, expondo ensinamentos atemporais, uma teoria⁴ que teria validade para todos os tempos, desmistificando a ideia de que o Florentino seria um mero agente revelador dos acontecimentos que estavam ocorrendo no seu tempo, confrontando a ideia do teórico (Strauss, 1958, p. 289): “[...] é um escrito de ocasião, pertinente para uma situação em um tempo particular[...]”.

As questões políticas maquiavelianas causam questionamentos substanciais para esta pesquisa: como a situação política de Florença contribuiu para o desenvolvimento das teorias filosóficas e políticas de Maquiavel? Como o príncipe deve agir para tornar o Estado próspero? Qual o papel da *virtù* no governo do principado? Quais as consequências quando não se age da maneira correta e de modo sábio dentro do governo? Tais interrogações evidenciam o objetivo do presente estudo, analisando as obras *O Príncipe* e *Discorsi* em uma perspectiva geral, explorando as teorias do sábio filósofo florentino Nicolau Maquiavel. A

2 Considerado um dos maiores historiadores alemães do século XX, afirma que Maquiavel foi o primeiro teórico a formular a doutrina da razão de Estado.

3 Filósofo alemão (1874-1945), que faz críticas a Maquiavel e o define como um analista político objetivo e sem preceitos éticos.

4 À medida que os conceitos medievais desaparecem, muitas questões passam a ser de responsabilidade do Estado, mais precisamente para o monarca ou o povo. Esta situação histórica está por trás de Maquiavel, com quem o pensamento secular adquire plena consciência, apoiado pelo nascimento da política como ciência. Precisamente, a afirmação de que política é ciência implica que tem leis próprias, princípios próprios, objetivos próprios, sendo, portanto, totalmente autônoma e independente da religião, moral, teologia, nem tem uma posição auxiliar em relação a ela, mas uma posição própria como ciência “verdadeira”. Maquiavel, estudioso da ciência política, pretendia formular uma teoria que estudasse as regras da arte do governo, cuidando exclusivamente da eficácia de tais regras, independentemente de qualquer situação religiosa ou moral.

pesquisa terá um caráter bibliográfico⁵, auxiliando na compreensão dos problemas a partir de referências publicadas em alguns trabalhos, com o objetivo de esclarecer acerca da contribuição trazida pelo filósofo, exibindo um marco cronológico e espacial para entender o processo da ação política maquiaveliana.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O filósofo escreveu grande parte de sua obra após um longo tempo de serviço prestado ao governo de Florença, contribuindo de forma significativa para a construção de sua filosofia política. Maquiavel analisava as situações políticas a partir do modo como ocorriam, diferenciando-se de seus antecessores, que tratavam a política a partir de uma ideologia de Estado e governante. No primeiro capítulo, serão abordados fatos históricos que ocorreram na política Florentina, estimulando Maquiavel a estabelecer algumas de suas diretrizes, com ações coletivas para determinados fins políticos, rompendo com os ideais desfavoráveis da época. Serão trabalhados aspectos do período Trecento (século XIV) e Quattrocento (século XV), com o objetivo de analisar como a cidade de Florença estava organizada, artística e politicamente, para fundamentar as bases que influenciariam todo o processo institucional florentino, que, mais tarde teria, como ideais as teorias propostas por Maquiavel.

Um dos pontos fundamentais da pesquisa diz respeito à atuação dos Médici em Florença, sendo de fundamental importância para entender a perspectiva de Maquiavel, que se desenvolve tendo o homem como ponto central do mundo. O pensamento de Nicolau Maquiavel é indissociável da realidade histórica da Itália e de Florença, onde ele constrói seus fundamentos, constantemente motivado pelos acontecimentos do seu tempo.

No Capítulo III, será apresentado o conceito e o desenvolvimento dos tópicos sobre a *Virtù*, tema fundamental para qualquer leitor que pretenda pesquisar sobre o poder constituinte na produção de Maquiavel. Desta forma, analisar-se-ão as características da *virtù*, explorando essa temática que sempre fez parte dos discursos maquiavelistas, com uma perspectiva voltada para sua teoria política.

5 Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Assim, com a finalidade de responder a essas inquições, foi instituído no trabalho como objetivos da pesquisa: a) fazer uma análise sobre a política italiana, no período Trecento e Quattrocento, observando os conflitos presentes em Florença, bem como o papel dos Médici na trajetória de Maquiavel; b) explorar o conceito de *virtù* em Maquiavel, trazendo sua definição e relacionando-a com fortuna, principado e discursos, definindo, de acordo com as teorias maquiavelianas, formas de o príncipe controlar as ocasiões e acontecimentos do seu governo, lidando com estratégias efetivas, capazes de superar as tribulações impostas pela imprevisibilidade política; c) examinar as questões éticas, abordando a rejeição de Maquiavel aos princípios cristãos da Idade Média, visando ao bem-estar da pátria e ao bem geral da comunidade. Tais objetivos têm por propósito expor as principais contribuições do Filósofo, além de caracterizar suas obras, *O Príncipe e Discorsi*, identificando a relação entre a ética política em seu pensamento, compreendendo o poder, tomada e manutenção no principado, demonstrando o caráter atemporal dos seus escritos e pensamentos políticos e filosóficos que contribuem até hoje nas discussões envolvendo ética e política.

No decorrer da pesquisa, foram utilizadas, como base para o presente trabalho, obras de apoio de alguns teóricos, como Nogare (1981), Bignotto (1991) e Viroli (2002), entre outros, no intuito de analisar os princípios maquiavelianos relacionados à ética, à política e ao conflito civil do presente estudo.

1. ITÁLIA, MAQUIAVEL E A CRISE POLÍTICA

A obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, é constituída por situações que fizeram o filósofo questionar a tradição política italiana, defrontando com a realidade da sua época. Durante o período Renascentista, as reflexões políticas sofreram diversas transformações em suas práticas e desenvolvimento, fazendo com que os autores passassem a considerar a atuação humana e o seu valor para a relação entre os governos. Com isso, o Humanismo⁶ trouxe um grande desenvolvimento artístico e cultural, fundamental para o desenvolvimento da modernidade.

As reflexões dos sábios humanistas tornam as discussões políticas mais presentes na vida dos homens, delegando um certo protagonismo nos mecanismos de poder, trazendo rupturas às representações e conceitos medievais. Os Humanistas recuperam os modelos clássicos antigos, entre eles, as romanas de Virgílio, Políbio e Cícero, filósofos que procuravam uma conexão entre realidade do mundo palpável (terreno) sem intervenção dos dogmas religiosos, já que prevaleciam as convicções cristãs no cenário político. É justamente nesse cenário de ideias religiosas e políticas que Nicolau Maquiavel entra em desacordo com alguns princípios de autonomia e laicização política, tomado por incertezas e questionando determinadas práticas do governo, estabelecendo suas bases filosóficas em plena realidade italiana e nos acontecimentos políticos dos séculos XIV, XV e XVI.

Compreender o pensamento de Maquiavel é fundamental para todos que se aproximam do estudo da doutrina política, da história e da filosofia. Para Maquiavel, a verdade baseia-se na experiência e na ciclicidade da história: por isso, ele é um grande defensor do estudo dos clássicos. A história é a única fonte capaz de fornecer os dados objetivos nos quais se basear, mas também indica os caminhos a não retroceder. Precisamente por meio da obra *O Príncipe*, o autor rompe radicalmente com os dogmas até então conhecidos: colocando em evidência a autoridade divina do Príncipe e o distanciamento dos princípios morais e seculares. Para Maquiavel, a política é autônoma e distante da moral secular e religiosa: na obra, o autor define precisamente as características que um bom príncipe deve possuir, dando vida a um tratado único e completamente revolucionário para a época.

6 O Humanismo estabeleceu uma transição entre a cultura medieval e a modernidade (Trovadorismo e Renascimento). Esse ciclo estabelece novos ideais filosóficos, artísticos e culturais que enaltecem o ser humano. Por volta do século XIV, na Europa Ocidental, mudanças sociais e de origem econômica colaboraram para mudanças na forma de pensar. Assim, essas modificações e as novas formas de pensamento, tiveram preponderância nas mudanças políticas e nas novas organizações de poder.

A visão de Maquiavel sobre o Estado é como a de um corpo orgânico: nasce, desenvolve-se, decompõe-se, morre. Os governos republicanos da Roma Antiga podem ser tomados como modelo e reconstruir, em momentos de crise, a visão de valores e intenções que caracterizam as instituições. Maquiavel não propõe instrumentos morais ao Príncipe, mas recursos para poder governar por muito tempo, mantendo o Estado sólido e dominado. Outra questão abordada por Maquiavel está ligada ao conceito de virtude: o Príncipe deve ser capaz de resistir à “fortuna” e contar com sua “*virtù*”, entendida como um modelo de talentos e habilidades, que trataremos em um capítulo específico. A política de Maquiavel não tem nada a ver com “virtude” no sentido cristão e é entendida como as habilidades e dons do príncipe.

Maquiavel não é um teórico “puro”, pretendendo construir friamente uma teoria política, por assim dizer, “no laboratório”: suas concepções surgem da relação direta com a realidade histórica, na qual está pessoalmente envolvido graças às posições que ocupa na República Florentina, e que, por sua vez, interferem no presente, modificando-o de acordo com certas perspectivas.

Seu pensamento, portanto, aparece como uma fusão estreita de teoria e prática: a teoria surge da prática e tende a se espelhar nela. Na base de toda a reflexão de Maquiavel, está a consciência lúcida e dolorosa da crise que atravessa a Itália contemporânea: uma crise política, uma vez que a Itália não possui os sólidos corpos estatais que caracterizam as grandes potências europeias e parece fragmentada, com uma série de Estados e cidadãos fracos e instáveis e crise militar, pois ainda se baseia em milícias mercenárias, e não em exércitos “cidadãos”, os únicos que podem garantir fidelidade, obediência e seriedade. Mas também uma crise moral, porque todos aqueles valores que fundamentam uma vida civilizada desapareceram, ou, pelo menos, debilitaram-se muito.

Maquiavel cita Roma como exemplo, pelo amor à pátria, o senso cívico, o espírito de sacrifício e o impulso heroico que foram deixados de lado, sem reagir e sem lutar. Portanto, como mostraram as guerras ocorridas após a queda dos franceses em 1494, os Estados italianos estavam perto de perder sua independência política e se tornarem satélites das potências europeias que disputavam o território da península. Para Maquiavel, a única saída para essa extraordinária “gravidade dos tempos” é um príncipe com uma virtude extraordinária, capaz de organizar as forças que potencialmente ainda existem no povo italiano e de construir uma estrutura estatal suficientemente forte para contrariar os objetivos expansionistas dos Estados vizinhos.

Toda a teoria política de Maquiavel dirige-se a um objetivo concreto, portanto, repleto de entusiasmo de quem participa de um momento decisivo da história do seu país. Ignorar

essas raízes práticas imediatas do pensamento de Maquiavel levaria a deturpar completamente seu significado. No entanto, esse pensamento não se limita a esse campo contingente, caso contrário, não teria força para despertar tanto interesse: a partir de uma situação particular da política Florentina e tentando dar uma resposta imediata e eficaz a esses problemas, Maquiavel elabora uma teoria que aspira a ter um significado universal, a ser fundada em leis válidas em todos os tempos e lugares, reforçando a hipótese deste trabalho.

Maquiavel foi definido como o fundador da ciência política moderna: antes de tudo, ele determina claramente o campo dessa ciência, distinguindo-o de outras disciplinas que se preocupam igualmente com a ação do homem, como a ética. Ele, então, reivindica vigorosamente a autonomia do campo da ação política: estabelece as próprias leis, e as ações dos estadistas devem ser estudadas e avaliadas com base nessas leis. Isto é, é necessária a análise do trabalho de um príncipe, para avaliar exclusivamente se ele tem conseguido atingir os fins que devem ser próprios da política, para fortalecer e manter o Estado, para garantir o bem dos cidadãos, mesmo que seja necessário utilizar qualquer critério, com justiça, mansidão, violência ou crueldade.

A obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, insere-se em um panorama de reintegração dos Medici⁷ no regime político italiano, em 1512, estabelecido em decorrência de um âmbito histórico-político pregresso, portanto, fundamental para a análise da circunstância em que o filósofo italiano explana suas ideias. Essa é a justificativa que nos move a apresentar, no primeiro capítulo, os fatos históricos presentes na realidade política italiana da época sobre a qual Maquiavel estabelece suas diretrizes, estimulando os italianos a buscarem objetivos coletivos para um determinado fim político, ou seja, um novo tempo para a Itália.

1.1. A Itália no Trecento e Quattrocento

O período conhecido como Trecento (trezentos na língua italiana) está relacionado à história da arte com passagem para o Renascimento, que envolve a perspectiva artística europeia. Estende-se por todo o século XIV na Itália e antecede o período chamado de Quattrocento, no século XV, apontado como a primeira fase do período Renascentista. O Trecento é um acontecimento ocorrido na Itália, cuja principal influência é a cidade de Florença, importante centro político, cultural e econômico no país.

⁷ Dinastia política italiana que concentrou o poder em suas mãos, utilizando a máquina pública em benefício próprio. Governaram Florença mesmo não sendo considerados monarcas, tornando-se líderes hereditários do Ducado de Florença.

A música polifônica italiana da época era comparada a grandes obras da História da Humanidade, caracterizada por uma harmonia sem comparações, com uma nitidez primordial, além de força melódica e rítmica. Consideradas espetaculares, as composições do Trecento embelezavam uma nova forma de letra de texto, sublimes em perspectiva e técnica. A literatura vernácula italiana do século XIII, em conjunto com os modelos de heranças trazidas por sua linguagem, ainda estava em fase de preparação. O sul, frequentado por trovadores emigrantes, conviveu com um desenvolvimento de uma poesia siciliana enraizado nos costumes árabes vivenciados pela sociedade cortesã daquela localidade. Além dos traços da escola siculo-árabe, grande parte da literatura vernácula nativa anterior ao Duecento influenciava, em seu estilo e conteúdo, os anseios primordiais dos italianos letrados da época: religião, leis e governo. O estabelecimento e a criação da poesia vernácula sagrada fomentada pelos franciscanos e a produção de versões vernáculas de estatutos cívicos podem ter trazido algum impulso para a formação de um corpo superior da literatura vernácula, exigindo forte empenho dos prestigiados artistas da época seguinte, a exemplo de Dante, Petrarca e Boccaccio, para agregar o som da língua materna com os padrões cortesões concedidos pela poesia não italiana.

O fenômeno político do século XIV gerou grandes mudanças nas artes em geral. Bizâncio passa a ser considerada capital do império Romano, tornando-se Constantinopla, atualmente representada por Istambul na Turquia. O império Romano entra em declínio, surgindo uma divisão entre Ocidental e Oriental, este passando a ser comandado pelo Imperador Justiniano, enfraquecendo no ano 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos. Com a divisão do Império Romano, surge um confronto entre as igrejas católica e ortodoxa, tornando a questão religiosa tema relevante frente aos Estados.

O Humanismo estabeleceu uma transição entre a cultura medieval e a modernidade (Trovadorismo e Renascimento). Por volta do século XIV, na Europa Ocidental, mudanças sociais e de origem econômica colaboram para mudanças na forma de pensar. Assim, essas modificações e as novas formas de pensamento tiveram preponderância nas mudanças políticas e nas novas organizações de poder.

Uma forte influência despótica por parte dos Estados italianos passa a ocorrer, com peculiaridades que serão decisivas aos olhos de alguns pensadores, em especial, Maquiavel, passando a conceber o Estado como uma obra de arte, pois Deus, com sua divindade, não pode ser considerado governador, já que apenas os homens que atuam na política teriam a habilidade para este fim. A Itália passava por situações políticas distintas das experimentadas por outros Estados europeus, como Inglaterra, França e Espanha, que deixaram o sistema

feudal, levados por políticas que terminaram por construir um Estado monárquico absolutista, mantendo a singularidade do Império Germânico. Os italianos transformaram quase completamente sua estrutura feudal, obtendo, na figura do Imperador, um exemplo de poder e força.

A distinção entre os outros Estados e a Itália mostrava-se no atrito presente entre o papado e o Império Alemão da dinastia Hohestaufen, mais precisamente em Henrique IV. Essa discórdia existente entre os dois provocava uma segregação em toda a Itália, gerando conflitos entre a população, pois uns aclamavam o Papa, os Guelfi, e outros protegiam o imperador, os Guibellini⁸. Com essa divisão, a Itália passaria a ser invadida por Estados estrangeiros que impossibilitariam a questão da unificação da península, perdendo a chance de concentrar suas forças políticas para atingir seus objetivos, iniciando diálogos sobre determinadas hostilidades internas, sempre deixando de lado os anseios do povo italiano, buscando apenas beneficiar autoridades externas, que, na maioria das vezes, não cooperavam para o avanço do Estado.

Em um primeiro momento, o conflito entre Guelfi e Guibellini contribuiu para desfazer a ideia de autoridade máxima e única, própria dos Estados-Nação, característica presente na França, Espanha e Inglaterra na época. De acordo com Dias, 2019:

O alinhamento entre as Cidades-estados italianas e as ideias Pró-Império ou Pró-Roma representaram um impedimento à união da Itália e uma demonstração de que os atores políticos desprezavam a força da península. Grosso modo, as diferenças básicas entre as duas facções possibilitaram às Cidades-estados e aos déspotas a organização de seus governos, iniciando-se lo Stato (o Estado), nomenclatura que seria adotada para designar a organização da máquina governamental como um todo⁹.

Essa forma despótica de agir só acabaria depois que o Estado aparecesse como uma obra de arte, manifestando-se de outras maneiras. No século XIV, as tiranias agiam contra todos que fossem contra a centralização do poder, e os déspotas viam na ação política uma forma de manter a violência e apropriar-se dos direitos do povo. A usurpação dos bens do povo, bem como de sua integridade, gerava grande revolta em grande parte da população, deixando o tirano sempre em estado de alerta, cercado-se de intelectuais que atuavam como conselheiros, oferecendo-lhes ajuda e custódia. Em contrapartida, os sábios ofereciam seus talentos ao tirano, com o objetivo de treiná-lo para “mascarar” as crueldades cometidas.

8 No século XIII, a rivalidade entre o Papa e o Imperador gerou uma divisão partidária no interior da Itália, intensificando-se com a inocupação do trono Germânico, passando a ser disputado por duas famílias de origem alemã: os Guelfo (apoiados pelo papado); e os que estavam no Castelo de Waiblingen e apoiavam Hofenstaufen, que deu origem aos Gibelino (apoiadores dos Hofenstaufen).

9 DIAS, Carlos Eduardo Ruas et al. **Política e conflito civil no pensamento de Maquiavel**. 2019, p. 16.

Petrarca dedica algumas palavras ao Tirano de Pádua referente a essa situação:

Tu não deves ser o senhor, mas o pai de teus súditos; deves amá-los como a teus filhos, amá-los como membros do teu corpo. Contra os inimigos, podes empregar armas (...), com teus súditos, a mera benevolência já basta; refiro-me, por certo, apenas àqueles súditos que amam a ordem estabelecida, pois quem diariamente planeja transformações é rebelde e inimigo do Estado. (BURKHARDT, 2009, p. 42).

Esse modo de ver o tirano tinha por objetivo unir o governante e os governados, buscando proteger sua vida e intimidar determinados conchavos entre os súditos. Nessas condições, a atuação dos intelectuais era fundamental para estabelecer um elo entre soberanos e súditos e para enaltecer a figura do Tirano, colocando-o como guardião do povo. O Estado também necessitava ser visto dessa forma, para ser considerado como uma máquina promissora e intocável, por isso a expressão “o príncipe deve cuidar de tudo, construir e manter igrejas e edifícios públicos, conservar a polícia municipal, drenar os pântanos, zelar pelo vinho e pelos cereais, distribuir com justiça os tributos, apoiar os desamparados e proteger os eruditos.” (BURKHARDT, 2013, p. 42). Porém, essa autenticidade duraria pouco, pois, no final do Trecento, o humanismo proporciona uma nova fase na política e na cultura do Ocidente, em oposição aos regimes dos déspotas, surgindo uma possibilidade de novas concepções sobre a política.

A Itália era uma república que havia transformado alguns estados em potências republicanas, desenvolvendo uma organização política inovadora, expandindo o capitalismo. Nesses estados, o poder permaneceu em poucas mãos, com o Norte dominado por famílias citadinas, e o Sul (França e Espanha) querendo exercer o poder do Reino de Nápoles. Nessa conjuntura política, floresceu o humanismo da República. A classe social que procurava concentrar a autoridade na Itália dividida do período Trecento, congregou intelectuais do período para buscar soluções propícias e tornar suas práticas aceitáveis e legítimas, convencendo o povo que sua forma de governar era visando ao bem comum. Era dessa forma que a tirania agia para exercer um predomínio no poder, sempre buscando qualquer impossibilidade de unificação da península.

O período do século XV, denominado de Quattrocento, teve grande influência artística e cultural, com a retomada de diversos princípios clássicos da Grécia e Roma. Influenciados pelo Renascimento, os intelectuais da época trataram a política sob um novo olhar, deixando de lado questões divinas para que os homens passassem a exercer papel principal na sociedade como um todo. As formações políticas do centro-norte italiano passaram a

desenvolver projetos institucionais mais estáveis, buscando reforçar as formações territoriais e suas estruturas sociais, ao contrário do que ocorria na península nos séculos anteriores. É possível analisar as estruturas institucionais e a coordenação territorial peninsular a partir da seguinte consideração: a competição político-militar e as transformações desencadeadas pela necessidade de controlar forças sociais novas ou recentemente submetidas.

Nesse espaço político, surgem condições para a coexistência de diferentes poderes, que seria uma espécie de “sistema de Estados”. Nesse sistema, a autoridade exercida por soberanos, príncipes e cidades dominantes tem por objetivo manter um domínio substancial sobre determinados territórios. Os Estados de maior porte se consolidam, e algumas tiranias começam a enfraquecer devido ao advento de novos elementos e organizações do Estado, com o surgimento de diversas transformações econômicas devido ao crescimento dos burgueses, que foram os grandes responsáveis pelas grandes navegações, com o reconhecimento de novas terras e rotas comerciais.

Na religiosidade, a Reforma Luterana trouxe muitos conflitos relacionados à Igreja Católica, principalmente pela atitude de traduzir as escrituras sagradas para o idioma alemão, realizada por Martinho Lutero¹⁰ (1483-1546), desencadeando, mais tarde, a Reforma Protestante¹¹, permitindo que cada membro da igreja tivesse acesso à sua interpretação peculiar, sem a mediação da Igreja. Essas renovações que surgiam na Renascença italiana atingia toda a Europa, conforme mostra Nogare (1981):

os novos ideais, a Renascença durou pouco. Floresceu nos últimos anos do século XV e primeiros do XVI, sendo depois tragada pela Reforma de Lutero. Na França, a Renascença estende-se ao longo do século XVI. Na Inglaterra e na Espanha, algumas décadas depois, entre a segunda metade do século XVI e a primeira do seguinte (NOGARE, 1981, p. 58)

10 Em 1517, Martinho Lutero afixou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg as 95 teses em que ele questionava as práticas mundanas do clero católico: a avareza, o paganismo e outros pecados que existiam dentro da Igreja. As teses chamavam para uma disputa eclesiástica sobre elas. Rapidamente, elas foram divulgadas pela Alemanha e ganharam seguidores. A Igreja, logo após Lutero afixar suas teses, nos primeiros dias, não tinha levado a sério o que pretendia o padre agostiniano. No entanto, como as ideias começaram a tornar-se conhecidas, o papa Leão X designou o professor de teologia Silvestro Mazzolini para respondê-las em tese acadêmica. Ao publicar-se a réplica, Lutero respondeu ao teólogo, iniciando o debate sobre a autoridade do Sumo Pontífice. Como a controvérsia não tinha fim, e os textos de Lutero, por causa da imprensa, eram divulgados rapidamente, o papa excomungou-o em 3 de janeiro de 1521.

11 Sobre a Reforma Protestante, Paulo Arantes (1993), ao expor a visão gramsciana sobre o evento e seus ecos no mundo renascentista, afirma que a Reforma seria “um movimento nacional-popular em cujo seio germinará, (...), algo como uma cultura superior, mas que em compensação, durante a fase do seu desenvolvimento popular, permitiu aos países protestantes derrotar os exércitos católicos e, em particular, à nação alemã, entrar em cena como uma das mais vigorosas da Europa” (ARANTES, 1993, p. 300).

Essa “volta” da filosofia antiga trouxe mudanças no modo de ver o mundo da civilização ocidental, em muitos aspectos, com uma nova forma baseada na Era Moderna, trazendo os humanistas para outro âmbito, não considerando mais a perfeição da divindade como princípio de todas as coisas, analisando as competências humanas com uma maior propriedade.

Ao longo do Quattrocento, alguns Estados governados por tiranos tiveram um grande desenvolvimento institucional e político, surgindo a figura do mercenário, chamado de *condottieri*¹², que passou a comandar o governo em diversas cidades, gerando um novo sistema político. Com esse modo inovador de domínio, algumas cidades ganharam força e destaque, enquanto outras enfraqueceram seus poderes perante os ataques de dinastias mais poderosas.

Dessa forma, buscando se reerguer, os tiranos mais fracos recorreram ao apoio dos Estados de grande porte por meio de associações de serviço, com capitães das forças militares atuando em apoio às empresas dos príncipes que financiassem os serviços. Essa conjuntura renascentista apresentou novas necessidades para os princípios políticos em toda a Europa, já que os grandes Estados-Nação queriam tornar-se potências na Itália, enquanto as Cidades-Estados buscavam a independência, gerando uma contradição de interesses, aumentando as batalhas internas entre os Estados menores, dificultando a possível unificação italiana, além de aumentar os ataques das nações inimigas.

Essa divisão interna prejudicou o Estado e suas organizações militares, as forças mercenárias não tinham proximidade com os Estados que tentavam defender, lutando apenas por vantagens específicas, dinheiro e supremacia para os *condottieri*. Essa vulnerabilidade italiana iniciou-se a partir de 1494, quando o Rei Carlos VIII foi atraído por Ludovico Sforza à Itália para apropriar-se do Reino de Nápoles, que, naquela época, era visto como uma ameaça à continuidade do poder de Sforza. Esse acontecimento marcou de forma decisiva a conjuntura política da Itália renascentista, com o ataque das tropas estrangeiras que conquistaram o poder, apresentando suas fragilidades, causando em Maquiavel um desejo de arquitetar uma nova teoria política capaz de transformar a estrutura do governo da Itália, trazendo grandes mudanças na política da Península.

¹² *Condottieri* eram mercenários que organizavam milícias e faziam contratos com qualquer governo interessado em seus serviços. Entre o século XV e o XVI, as chamadas Companhias Livres formaram verdadeiras escolas de guerra, que realizaram grandes progressos em termos de organizações militares. A maioria dos *condottieri* eram italianos, mas também existiam outros de diversos países europeus. O nome *condottiere* deriva de *condotta* (em latim *conducere*, "conduzir"), que era o contrato firmado com algum governante, de modo que essas *Compagnies* trabalhassem como suas tropas mercenárias. Surgiram em razão das rivalidades e constantes conflitos entre as províncias italianas. A partir do início do medievo, até os séculos XIV e XV, eram comuns os acordos com governos das cidades-estado, especialmente na Toscana, Romanha, Úmbria e em Veneto.

1.2. Reflexões maquiavelianas a respeito dos conflitos em Florença

No período do Quattrocento, Nicolau Maquiavel analisou de forma veemente os contrassensos existentes na natureza aristocrática do regime florentino, tornando muito presente essa questão em seus discursos. Ao discordar e fazer severas críticas a aristocracia de Florença, Maquiavel prova que as figuras políticas florentinas estavam impossibilitadas de tomar qualquer atitude para a manutenção da república, pois os políticos não representavam a coletividade, causando uma instabilidade na aspiração e manutenção da liberdade. Para ele, a causa do desmoronamento do Estado é fruto de sua desastrosa apropriação:

[...] o povo, muitas vezes, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja sua própria ruína, e se alguém em quem ele confie não o convence de que aquilo é um mal, mostrando-lhe o que é o bem, as repúblicas serão expostas a infinitos perigos e danos. E, quando, porventura, o povo não confia em ninguém, como às vezes ocorre, se tiver sido enganado antes por coisas ou homens, será inevitável que se chegue à ruína. E Dante diz a respeito, nas suas considerações intituladas *De Monarchia*, que o povo muitas vezes grita: “Viva a morte! E morra a vida!”. (MAQUIAVEL, 2007, p. 153).

Com o objetivo de melhor compreender os pensamentos próprios da visão republicana de Maquiavel, a crise vivida por florença torna-se cada vez mais presente nas críticas maquiavelianas aos intelectuais florentinos, tendo por base os princípios da Antiguidade como um forte meio tradicional, relacionado ao humanismo cívico, ideais cristãos e nos clássicos antigos. Entre os que colaboraram na manutenção do humanismo cívico, destaca-se Petrarca¹³, florentino que esteve sempre à procura de uma visão inovadora para a natureza humana, em contraste às especulações medievais, de acordo com Bignotto (1991):

Petrarca foi provavelmente um dos primeiros florentinos a ter pensado na antiguidade clássica como uma fonte da qual seria possível fazer emergir uma nova visão de sua época. Conferindo uma importância, até então desconhecida, aos “*studia humanitatis*”, à volta aos modelos clássicos de educação, ele não hesitou em criticar as correntes especulativas medievais, que viam na vida aqui na terra somente um momento do processo escatológico. (BIGNOTTO, p. 10).

13 Francesco Petrarca (Arezzo, 1304-1374) foi um poeta e intelectual humanista italiano, fundador do Humanismo e um dos precursores do Renascimento italiano. Criador do “soneto”, poema composto por 14 versos, passou a juventude em Avignon, na Provença, onde o papado se instalou de 1309 até o início do século XV. No ano de 1337, Petrarca procurou abrigo no Mont Ventoux, mantendo contato com diversas belezas naturais, bases líricas do humanismo, além de escrever as 66 cartas em hexâmetros latinos e diversas poesias. Petrarca apoiou a república romana de Cola de Rienzo e unificação do país.

Ao optar pelo caminho contrário ao dos republicanos, Petrarca não deixa de ser ativo na participação dos debates da revolução teórica do século XV. Para tanto, basta examinar a história de Florença no Trecento. A classe econômica Florentina passa a crescer, passando a necessitar de novos valores que propiciassem uma continuidade no poder político, cabendo aos humanistas que, utilizando os seus ideais clássicos, conseguiram criar um excelente movimento intelectual.

A realidade mostrava uma sociedade intimidada pela guerra e pela ambição de alguns tiranos, sendo preciso preservar a cultura da Antiguidade, com um planejamento político efetivo, surgindo a retórica de Cícero¹⁴, que, para os humanistas de Florença, seria a ligação entre os elementos culturais clássicos e a ação republicana, trazendo um exemplo de necessidade de diálogo para a vida cívica.

A retórica torna-se um instrumento de troca de ideias com os homens do passado, tornando-se um novo meio de comunicação na vida política, de acordo com Bignotto (1991):

Sendo necessariamente associada à vida cívica, exigindo a presença de homens dispostos a dialogar, ela tendia por isso mesmo a mudar a concepção da comunicação humana. Se é evidente que não podemos dirigir-nos diretamente senão aos homens de nosso tempo, os humanistas descobriram que a troca de ideias com os homens do passado é tão fundamental à vida cívica quanto um discurso pronunciado em uma assembléia. Essa volta aos textos do passado exigiu a elaboração de um método que evitasse as armadilhas das interpretações medievais, marcadas pela idéia de que os tesouros da Antiguidade nada mais eram do que uma etapa no longo caminho de elaboração do conhecimento. (BIGNOTTO, 1991, p.15).

Utilizando a retórica como ferramenta política, mantinha-se um diálogo com os antigos e com os humanistas, sendo considerada um meio extraordinário de conhecimento, dele, fazendo “[...] ao mesmo tempo o fio de continuidade de uma verdade transtemporal e uma fala cívica imediata”. (Bignotto, 1991, p.15). Com a utilização da retórica como metodologia, foi possível provar que a união entre retórica e política possibilitava mostrar o caráter social da humanidade, proporcionando condições para que os humanistas convivessem com as relações existentes entre a ação e o saber. A retórica possibilitou aos humanistas atingir a essência das virtudes universais utilizando a comunicação como meio para tal.

14 Cícero teve como influência e base para sua retórica o poeta grego Arquias, utilizando os conhecimentos adquiridos para traduzir diversos conceitos da filosofia antiga para o latim, tornando-as disponíveis para um maior público. Tinha grande interesse por tradições filosóficas e retóricas helenísticas, sendo uma das suas especialidades.

Nessa perspectiva, surge o Humanista italiano, Lino Coluccio Salutati¹⁵, com o objetivo de basear seu princípio de ação, recuperando certas temáticas da perspectiva agostiniana. Em sua reflexão sobre as leis, ele anuncia que elas “[...] tem eficácia dos acontecimentos proclamados pelo homem e compreende em si a razão natural, que todo ser de mente sã é preparado para observar ou descobrir, através da meditação e discussão”. (Bignotto, 1991, p.17).

Para ele, o fim das leis e do sistema político tendem a um mesmo fim, diferenciando-se somente pelos elementos racionais, ou seja, para ele, a “imortalidade” das leis tinha princípios divinos, não por terem sido decretadas pelo Papa ou pelo império, sendo válidas tanto para o Imperador como na república.

Um dos grandes obstáculos vivenciados por Salutati era a questão da legitimidade da república, tornando-se fundamental sua colaboração nesse sentido.

A preocupação de Salutati não se restringia apenas em torno do combate ao Papa e ao clero, mas tinha por objetivo assegurar a dignidade da ação humana, contribuindo para uma posterior elaboração teórica em defesa contra os ataques da Igreja. Em sua retórica, ele confirma a importância dos debates públicos, dialogando sobre três temas clássicos do humanismo de Florença: a discussão em oposição ao pensamento medieval, a crítica de Dante, Boccaccio e Petrarca e o enaltecimento dos autores latinos.

No início do “Quattrocento”, o elo entre os ensinamentos clássicos com renovação da vida política deu origem a um movimento artístico e político inovador, passando a retórica a ser considerada como “[...] necessária para ligação entre a sociedade e os eruditos”. A eleição de Coluccio Salutati para Chanceler, entre 1375 e 1406, fez dele um personagem decisivo durante boa parte da política de Florença, colaborando para a expansão do humanismo cívico.

Salutati não queria se opor à tradição medieval e passou a tentar inovar, mesclando a vida política com uma nova filosofia, sempre analisando a política sem abandonar suas convicções republicanas, que, do seu ponto de vista, sempre foi a melhor forma de governo. As constantes tensões entre a vida cristã e a vida nas repúblicas geravam muitos conflitos. Com isso, Salutati encontrava muita dificuldade para formular os valores cívicos que ele adotava.

15 Salutati (1331-1406) foi Chanceler de Florença, um dos cargos mais importantes da república florentina, sendo responsável por se corresponder de forma oficial com outros Estados. Com a guerra entre Florença e o papado, suas habilidades foram logo testadas, tendo como principal responsabilidade intervir junto ao Papa Gregório XI.

Quando Salutati torna-se Chanceler, surgem alguns movimentos políticos, a exemplo da guerra entre Florença e o papado (Guerra dos Oito Santos). O papa Gregório XI, junto com suas tropas mercenárias, matou e sequestrou cidadãos, levando terror e fazendo Florença ceder em 1378, apropriando-se de valores exorbitantes e tomando de volta propriedades tomadas da Igreja.

Outra situação muito difícil enfrentada por Florença foi o surgimento de um novo cisma no ano de 1415, quando a situação com o papado torna-se cada vez pior, pois, com a divisão da Igreja, surge a figura de dois papas, fragilizando o clero, trazendo abertura para que tropas estrangeiras dos mercenários de Carlos de Durazzo e de seu rival Luís de Anjou travassem uma batalha, colocando Florença em uma disputa que seria um caos para todos, trazendo catastróficas consequências. A expansão política de Giangaleazzo Visconti entre os anos de 1385 e 1402 torna-se mais uma ameaça à independência de Florença, pois era preciso contê-lo, devido à ameaça de apoderar-se de grande parte do território italiano.

Restabelecer Florença no cenário italiano passa a ser o principal objetivo de Salutati, para que os florentinos encontrem sua verdadeira identidade, retomando seu crescimento. Ele consegue estabelecer meios que seriam fundamentais para ajudar os pensadores republicanos do século seguinte, ao “[...] compreender a natureza de um corpo político, que deve sempre levar em conta a natureza de sua instauração.” (Bignotto, 2001, p. 97). De acordo com Bignotto (1991), “[...] com a morte de Salutati em 1446, Florença contou com o apoio de diversos pensadores que deram prosseguimento aos preceitos dos intelectuais do período Trecento, estudando temas clássicos da época.” (Bignotto, 1991, p. 27).

As mudanças ocorridas no humanismo passam pela análise de autores que preconizam os valores republicanos, e seriam esses valores que originariam a moderna tradição do pensamento político.

Os elementos de continuidade, como a recuperação do platonismo e elementos de descontinuidade na abertura de novas veredas da reflexão política que dominava a vida intelectual na primeira metade do século XV, num quadro cultural e filosófico altamente complexo descortinam-se as bases do pensamento político moderno na Itália do Renascimento. (DE AMORIM, 2010, p. 35)

A realidade política de Florença passa a contar com diversas mudanças, com a derrocada dos Médici em 1494, invadida por Carlos VIII. Essa parte histórica do cenário Florentino, berço de Maquiavel, é fundamental para compreender como os membros da vida

política procuraram soluções inovadoras para resolver problemas que a tradição era incapaz de solucionar.

A crise da liberdade de Florença, no começo de “*cinquecento*”, demonstrou que os humanistas foram incapazes de transformar as ideias correntes numa arma poderosa contra os males do tempo. Maquiavel, diante dessa crise, se tornará o seu mais brilhante intérprete. Pois, a forma como a questão da liberdade fora tratada pelos pensadores florentinos, de Bruni a Savonarola, e que gestou uma ideologia coerente no seio das classes dominantes se revelou inteiramente falaciosa. (DE AMORIM, 2010, p. 36)

No início, a ideologia florentina não tinha controle sobre a corrupção. Maquiavel destaca a necessidade que a sociedade tem de uma fundação sem interrupção, chegando à conclusão de que todas as sociedades tendem a se corromper, sendo necessária uma investigação minuciosa do tempo na política, referenciando também as bases populares como arma para combater as ameaças externas.

1.3. Maquiavel, Florença e os Médici

Dentre as famílias florentinas, a mais importante foi a dos Médici. No final do século XV e início do século XVI, em Florença, o controle político alternava entre republicanos e a oligarquia dos Médici. Maquiavel relata a importância da família Médici na seguinte passagem:

Era intenção minha, quando de início decidi escrever das coisas feitas dentro e fora do povo florentino, começar a narração desde o ano 1434 da era cristã, época em que a família Medici, pelos méritos de *Cosimo* e de *Giovanni*, seu pai, tomou mais autoridade do que qualquer outra em Florença, porque eu acreditava que *messer Lionardo d'Arezzo* e *messer Poggio*, dois excelentíssimos historiadores, tivessem narrado em particular todas as coisas acontecidas antes daquela época. Mas tendo depois diligentemente lido seus escritos para ver com qual ordem e maneira procederam no escrever, a fim de que, imitando-os, a nossa história fosse melhor aprovada pelos leitores, encontrei que foram diligentíssimos na descrição das guerras levadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos forasteiros, porém das discórdias civis e das intrínsecas inimizades, e das consequências que delas nasceram, tendo totalmente calado uma parte e outra brevemente descrito, nenhum prazer ou utilidade os leitores podem obter. (MAQUIAVEL, 1998, p. 31).

Giovane de Bicci foi precursor no comando de poder dos Médici, e sua ascensão em Florença deu-se pelas múltiplas atividades realizadas, que incluíam serviços industriais, bancários e comerciais. O progresso dos Médici foi estimulado pelo ótimo momento político e

econômico de Florença e Veneza, além das concessões junto à Cúria, propiciando, em 1430, um rendimento anual gigantesco.

Cosme liderou os negócios da família a partir de 1434 e, como ação prioritária, banuiu as 73 pessoas mais prejudiciais para ele e instalou seus partidários à frente do Estado. Ele preferiu agir nas organizações político-administrativas, criando um sistema de governo eficaz, capaz de tornar os Médici senhores de Florença, gerindo os negócios da cidade, levando em consideração os pontos estratégicos da administração, além de controlar as eleições sucessivas das Senhorias, por meio dos *accoppiatori*¹⁶, “guardiões” da família Médici em Florença. Esse esforço pelo controle era muito frequente, pois conduzir as oposições que surgiam nas oligarquias florentinas era bastante difícil, de acordo com a conveniência do momento. A nomeação de cargos para cidadãos do baixo escalão e a criação de conselhos ocorriam constantemente, sendo criados os conselhos de Maggiori (1438) e o Conselho dos Cem (1443), ambos substituídos a cada seis meses, sempre de acordo com a Constituição Florentina.

Cosme de Médici reinou soberano em Florença, sendo considerado por grande parte dos reis estrangeiros como um verdadeiro Deus absoluto. Durante os 30 anos de poder, ele arquitetou um governo que, embora fosse “pessoal” e conservasse aparências democráticas, aniquilava quase de forma absoluta as instituições democráticas. Influenciado pelo avô, reforma o Conselho dos Cem, em 1471, fortalecendo a supremacia dos Médici no poder Legislativo e gerando um enorme descontentamento nas demais famílias Florentinas.

Em abril de 1478, Lourenço e seu irmão sofrem uma tentativa de assassinato em plena missa na Catedral de Florença. Juliano perde a vida, mas Lourenço consegue escapar do episódio sofrido. Logo surgem os responsáveis pelo ataque à família Florentina, a família dos Pazzi, que tiveram auxílio do Papa Sisto IV, emprestando capital para a compra de Imola, até então aspirada por Lorenzo. A ameaça de guerra se fortalece, quando os Pazzi, com o apoio do arcebispo de Pisa, do papa e do rei Fernando de Nápoles, travam um combate contra os Médici. Lorenzo, vendo a cidade passar por uma situação de guerrilha e atacada por forças do exército napolitano, não desiste e tenta buscar a diplomacia para reaver seu regime, obtendo êxito e um certo tempo de paz para Florença.

Lourenço triunfa e, com a vitória, aprova o Conselho dos Cem, elegendo todos os seus seguidores nas eleições de 1484. Porém, encontra bastante resistência pelo seu excesso de

16 *Accoppiatori* são os encarregados de preencher e selar as bolsas (*borse*), fiscalizar as qualidades dos candidatos e eliminar aqueles que não preenchem todos os quesitos, como: idade insuficiente, dívidas para com o fisco, parentesco muito próximo com pessoas que exercem funções no momento da eleição, etc.

autoritarismo exercido de forma tirânica, gerando revolta principalmente pelo monge Girolamo Savonarola, que reprovava de forma veemente a corrupção instalada no governo.

Maquiavel, na época bastante jovem, observa na figura do frade qualidades de profeta, um profeta que não utiliza armas e que acredita que os desvios do povo surgiam devido à conduta de seus príncipes, deixando de lado teorias que colocavam o povo como causador dos males da Itália. De acordo com Viroli (2020), Nicolau Maquiavel sempre admirou Savonarola:

Mentiras e enganos à parte, Nicolau reconhecia em Savonarola o dom da profecia, ou seja, a capacidade de interpretar os sinais premonitórios que anunciam eventos extraordinários. Por isso, e também pela sua retidão moral, Nicolau sempre falou dele com respeito, ainda que nunca tenha sido um de seus seguidores. (VIROLI, 2002, p. 34).

Seu governo é visto por muitos como contraditório, pois, apesar de ter sido considerado o grande responsável por tornar Florença uma cidade servil, também teve grande influência em parte do equilíbrio de governo entre os Estados Italianos (Nápoles, Ducado de Milão, Veneza e o Estado Pontifício, além de combater estrangeiros que tinham por objetivo subjugar o povo italiano. Com o afastamento de Lourenço, Carlos VIII, rei da França, invade a Itália em 1494 para exercer a soberania frente ao Reino de Nápoles, modificando de forma severa os regimes políticos e o modo de governar dos Estados italianos. Sobre a ocupação, Viroli (2020) relata:

O exército francês chegara como uma tempestade imprevista, transtornando toda a política italiana. Nenhum príncipe ou soberano se preocupou com o bem comum da Itália e, atemorizados, todos passaram a tratar exclusivamente dos próprios interesses. Nenhum deles tentou impedir a conquista de um Estado vizinho. As guerras se tornaram mais violentas, e o assalto às cidades passou a ser uma questão de dias ou até mesmo de poucas horas, graças ao emprego mais eficaz das artilharias. Tanto a guerra quanto a política assumiram uma rapidez e uma dureza extrema. (VIROLI, 2002, p. 38).

A resposta à invasão foi liderada por Pedro Capponi, que liderou muitos homens armados e uma delegação de Savonarola, para expor a todos os invasores que Florença tinha vontade oposta à família Médici. Esse grupo armado obteve êxito, pois influenciou Carlos VIII, rei da França, a não saquear a cidade de Florença.

Carlos VIII entra em Florença em 1494, encerrando o domínio de 60 anos dos Médici, obrigando Pedro de Médici a fugir em direção a Bolonha. A reestruturação do Estado passa a ser prioridade, a partir do momento em que Carlos VIII deixa Florença,

iniciando um ciclo de fortalecimento político, gerando uma dúvida se Florença necessita de uma oligarquia liderada pela elite social e política ou um regime “popular”, para sancionar suas leis ou escolher seus próprios magistrados.

A Florença Republicana é defendida pelo frade Girolamo Savonarola e Paolo Antonio Soderini. Sobre a proteção de Savonarola, Viroli (2002) afirma que:

A mesma república que o frade dominicano tanto desejara e que ajudara a criar, apesar da desconfiança e hostilidade de muitos, não o defenderia do ódio que a Cúria romana nutria contra ele, motivado pelas suas denúncias ardorosas contra a corrupção da Igreja. Em 15 de maio de 1498, a Senhoria permitiu que Savonarola fosse interrogado e torturado na presença do enviado papal, cardeal Francesco Romolino, e do chefe supremo da ordem dos dominicanos. Acusado de heresia, Savonarola foi condenado à morte em 23 de maio, e na manhã seguinte enforcado na Piazza della Signoria. Seu corpo foi queimado e as cinzas atiradas no rio Arno, pois se temia que pudessem ser recolhidas e conservadas pelo povo como relíquias. (VIROLI, 2002, pp. 44/45).

A composição do grande conselho já explicaria as causas desse grande desastre, cuja eleição da suprema magistratura foi composta pelos *piagnomi* (partidários de Savonarola). Os conflitos com Milão e os problemas com Roma e o papado em 1497 acabam por excomungar Savonarola, ameaçando toda a cidade devido a este fato. Essa situação instiga os defensores da família Médici, os descontentes comerciantes florentinos e os banqueiros, que, ameaçados de perderem seus bens, lutam sem parar. Justamente nessa fase, em junho de 1498, Maquiavel torna-se secretário da segunda chancelaria. De acordo com De Amorim (2010):

O fenômeno toma proporções tão alarmantes, no curso dos anos que se seguem ao desaparecimento de Savonarola, que uma larga maioria acaba por definir-se, nos dois partidos, a favor de um esforço e de uma maior estabilidade do Poder Executivo. Até o dia de setembro de 1502 em que Pedro Soderini, um aristocrata que gozava de uma certa popularidade por ter-se recusado a reunir as *pratiche* no curso de um de seus precedentes mandatos de gonfaloneiro, é eleito gonfaloneiro vitalício da República florentina. (DE AMORIM, 2010, p. 56)

A eleição de Pedro Soderini trouxe para a República florentina uma tranquilidade de dez anos, sempre se mantendo longe de qualquer sombra da oligarquia. Apesar do apoio do povo, uma oposição pró-Médici infiltra-se. Então, o papa Leão X, eleito em 1513, envia seu sobrinho, o jovem Lourenço, para organizar as instituições Florentinas, para, posteriormente, transformá-la em um Estado principesco e mais poderoso. Com a morte de Lourenço em 1519, o cardeal Júlio de Médici (papa Clemente VII) concede, em 1523, ao jovem Alexandre de Médici o título de duque de Florença. Porém, quem de fato chega ao poder é o duque Cosme I, cujo domínio se estende também ao conjunto de Toscana.

A passagem de um século da família Médici é fundamental para o entendimento da história de Florença, marcada por interesses na oligarquia das instituições. Durante muitos anos, Florença foi protegida pelo absolutismo, sucumbindo posteriormente à ação conjugada de suas divisões internas, do poder adquirido pelos Médici sempre à frente da igreja e da hegemonia estrangeira que surgiu sobre toda a península.

A observação histórica da República de Florença é fundamental para uma melhor compreensão do pensamento de Maquiavel, que se constrói dentro de uma realidade em que as instituições têm o homem como centro do mundo, condenando a tirania, as dominações, e a valorização republicana que supera as tradições medievais com o fortalecimento do Estado em todos os sentidos. O pensamento maquiaveliano caminha junto com as concepções e realidades históricas da Itália e de Florença, onde Maquiavel, com muita astúcia, elabora suas teorias.

2. O PRÍNCIPE E A ANÁLISE DO PODER

Depois de mergulhar no Trecento, Quattrocento e na tradição dos Médici, vem o questionamento: por que estudar Maquiavel? Certamente, Maquiavel contribuiu significativamente para o pensamento ocidental, desenvolvendo sua teoria política de forma efetiva, além dos princípios da guerra e diplomacia. Desta forma, há boas razões para incluir Maquiavel entre os maiores filósofos políticos de sua época. Apesar da tentação de enfatizar seu pragmatismo político, um animado debate acadêmico é travado sobre a presença de uma filosofia coerente e original, dirigida a tópicos de preocupação para filósofos, no cerne de seu pensamento.

Além disso, alguns dos pensadores¹⁷ que se sucederam, a exemplo de Gramsci¹⁸ (1891-1937) e Althusser¹⁹ (1918-1990), sentiram-se (e ainda se sentem) compelidos a se envolver com suas ideias, seja para contestá-las ou incorporar seus insights em seus próprios ensinamentos. Mesmo que Maquiavel andasse nas periferias da filosofia, o impacto de suas extensas reflexões foi generalizado e duradouro. Os termos “maquiavélico” ou “maquiavelismo” encontram aceitação regular entre os filósofos preocupados com uma gama de fenômenos éticos, políticos e psicológicos, independentemente de o próprio Maquiavel ter inventado ou não o “maquiavelismo”, ou ser de fato um “maquiavélico” no sentido comum atribuído a ele. Maquiavel desafia toda uma tradição de filosofia política de uma maneira que chama atenção e exige consideração e resposta. Finalmente, uma nova geração dos chamados teóricos políticos “neo-romanos” (como Philip Pettit [1997], Quentin Skinner [1998] e

17 Não pretendemos comprovar qual das pesquisas possui a interpretação mais precedente ou fundamentada da obra de Nicolau Maquiavel; tampouco sustentamos a ideia de que não é possível entender Gramsci e Althusser sem antes conhecer a fundo o pensamento de Maquiavel. Agir dessa maneira poderia levar ao erro de “esconder” o corte epistemológico presente entre as concepções de Maquiavel e as reflexões de Gramsci e Althusser, bem como a legitimar formas de interpretações reducionistas que considera admissível identificar as “origens” de um pensamento.

18 Antonio Gramsci foi um jornalista e ativista italiano conhecido e celebrado por destacar e desenvolver os papéis da cultura e da educação nas teorias de economia, política e classe de Marx. Nascido em 1891, morreu com apenas 46 anos em consequência de graves problemas de saúde que desenvolveu enquanto estava preso pelo governo fascista italiano. As obras mais lidas e notáveis de Gramsci e aquelas que influenciaram a teoria social foram escritas enquanto ele estava preso e publicadas postumamente como *The Prison Notebooks*. Hoje, Gramsci é considerado um teórico fundacional para a sociologia da cultura e para articular as conexões importantes entre a cultura, o estado, a economia e as relações de poder. As contribuições teóricas de Gramsci estimularam o desenvolvimento do campo dos estudos culturais e, em particular, a atenção do campo ao significado cultural e político dos meios de comunicação de massa.

19 Louis Pierre Althusser (1918–1990) foi um dos filósofos marxistas mais influentes do século XX. Com ele, parecia surgir uma renovação do pensamento marxista, bem como tornar o marxismo filosoficamente respeitável. As alegações que ele apresentou na década de 1960 sobre a filosofia marxista foram discutidas e debatidas em todo o mundo. Seus conceitos também estão sendo cada vez mais empregados por filósofos, teóricos políticos e ativistas que retornaram a Marx e às análises marxistas para explicar e imaginar alternativas para nossa atual conjuntura socioeconômica.

Maurizio Viroli [1999, 2002]) encontra inspiração na versão de republicanismo de Maquiavel. Assim, ele merece um lugar à mesa em qualquer pesquisa abrangente de filosofia política.

É uma visão comum entre os filósofos políticos que existe uma relação especial entre a bondade moral e a autoridade legítima. Muitos autores (especialmente aqueles que publicaram livros baseados em *O Príncipe* ou livros de conselhos reais durante a Idade Média e o Renascimento) acreditavam que o uso do poder político só era legítimo se fosse exercido por um governante cujo caráter moral pessoal fosse estritamente virtuoso. Assim, os governantes foram aconselhados a se comportar de acordo com os padrões convencionais de bondade ética, se desejassem ter sucesso e se almejassem um reinado longo e pacífico, passando seu cargo para seus descendentes.

Maquiavel critica essa visão moralista da autoridade em seu tratado mais conhecido, *O Príncipe*. Para Maquiavel, não há base moral para julgar a diferença entre os usos legítimos e ilegítimos do poder. Em vez disso, autoridade e poder são essencialmente coiguais: quem tem poder tem o direito de comandar; mas a bondade não garante o poder, e a pessoa boa não tem mais autoridade pelo fato de ser boa. Assim, em oposição direta a uma teoria moralista da política, Maquiavel diz que a única preocupação real do governante político é a aquisição e a manutenção do poder. Nesse sentido, Maquiavel apresenta uma crítica incisiva ao conceito de autoridade, argumentando que a noção de direitos legítimos de governo nada acrescenta à posse real do poder.

O príncipe pretende refletir o realismo político autoconsciente de um autor que está totalmente ciente – com base na experiência direta com o governo florentino – de que a bondade e o direito não são suficientes para ganhar e manter um cargo político. Maquiavel, portanto, busca aprender e ensinar as regras do poder político. Para Maquiavel, o poder define caracteristicamente a atividade política e, portanto, é necessário que qualquer governante bem-sucedido saiba como o poder deve ser usado. Somente por meio da aplicação adequada do poder, acredita Maquiavel, os indivíduos podem ser levados a obedecer, e o governante será capaz de manter o estado em segurança e proteção.

A teoria política de Maquiavel, então, representa um esforço conjunto para excluir questões de autoridade e legitimidade da consideração na discussão da tomada de decisões políticas e do julgamento político. Em nenhum lugar, isso fica mais claro do que em seu tratamento da relação entre a lei e a força. Maquiavel reconhece que boas leis e boas armas constituem os fundamentos duplos de um sistema político bem ordenado. Mas ele imediatamente acrescenta que, como a coerção cria legalidade, ele concentrará sua atenção na força. Ele diz: “E, como não pode haver boas leis onde não existam boas armas e onde

existam boas armas convém que haja boas leis, deixarei de falar das leis e me reportarei apenas às armas.” (Maquiavel, 2007, p. 47)

Em outras palavras, a legitimidade da lei depende inteiramente da ameaça de força coercitiva; a autoridade é impossível para Maquiavel como um direito separado do poder de aplicá-la. Consequentemente, Maquiavel é levado a concluir que o medo é sempre preferível ao afeto nos súditos, assim como a violência e o engano são superiores à legalidade para controlá-los efetivamente. Maquiavel observa que:

Isso porque dos homens pode-se dizer, geralmente, que são ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho; e, enquanto lhes fizeres bem, são todos teus, oferecem-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, desde que, como se disse acima, a necessidade esteja longe de ti; (MAQUIAVEL, 2007, p. 65).

Concomitantemente, uma perspectiva maquiavélica ataca diretamente a noção de qualquer fundamento para autoridade independente da mera posse de poder. Para Maquiavel, as pessoas são obrigadas a obedecer puramente ao poder superior do Estado. Se penso que não devo obedecer a uma lei específica, o que eventualmente me leva a me submeter a essa lei será o medo do poder do Estado ou o exercício real desse poder. É o poder que, em última instância, é necessário para impor visões conflitantes sobre o que devo fazer. Só posso escolher não obedecer se possuir o poder de resistir às exigências do Estado ou se estiver disposto a aceitar as consequências da superioridade da força coercitiva dele.

O argumento de Maquiavel em *O Príncipe* destina-se a demonstrar que a política só pode ser definida coerentemente em termos da supremacia do poder coercitivo; autoridade como um direito de comando não tem *status* independente. Ele substantia essa afirmação por referência às realidades observáveis dos assuntos políticos e da vida pública, bem como por argumentos que revelam a natureza de interesse próprio de toda conduta humana. Para Maquiavel, é sem sentido e fútil falar de qualquer reivindicação de autoridade e do direito de comando que esteja separada da posse de um poder político superior.

O governante que vive apenas por seus direitos certamente murchará e morrerá por causa desses mesmos direitos, porque, no acidentado conflito político, aqueles que preferem o poder à autoridade têm mais probabilidade de sucesso. Sem exceção, a autoridade dos Estados e suas leis nunca serão reconhecidas quando não forem apoiadas por uma demonstração de poder que torna a obediência inevitável. Os métodos para alcançar a obediência são variados e dependem muito da clarividência que o príncipe exerce. Consequentemente, o governante bem-sucedido precisa de treinamento especial.

3. *VIRTÙ* EM MAQUIAVEL

Para realizar uma pesquisa sobre Nicolau Maquiavel, é necessário fazer um estudo sobre o termo “*virtù*”, sempre presente nas obras do Florentino, utilizada pelo autor nos seus escritos e constantemente abordada por filósofos e pesquisadores. Portanto, é preciso analisar a especificidade da obra maquiaveliana quanto ao sentido e contexto empregado no uso da palavra *virtù*, abordando seus diversos significados e variedades apresentadas, já que não apenas Maquiavel fazia uso do termo, mas também seus contemporâneos faziam referência à palavra em mais de uma acepção.

Assim, da mesma maneira que existem palavras com mais de um significado, o termo *virtù* também sofreu diversas interpretações, caindo em questões conceituais das diversas línguas, gerando, muitas vezes, certa dificuldade interpretativa da palavra, que, de acordo com De Souza (2003),

[...] na compreensão de alguns intérpretes, como por exemplo Mansfield, “não é suficiente dizer que Maquiavel usa a palavra [*virtù*] em vários sentidos; ele faz uso dela em sentidos contraditórios como se a '*virtù*' incluísse e excluísse ações. Assim, grande parte dessas dificuldades que temos hoje em traduzir ou definir especificadamente o termo '*virtù*' se deve ao fato de que o próprio Maquiavel não teve essa preocupação, pelo menos, não da mesma forma que a temos hoje. Essa distinção de padrões conceituais acaba por acentuar ainda mais as dificuldades de compreensão do termo em questão. (DE SOUZA, 2003, p. 58)

Portanto, quando procuramos utilizar a palavra *virtù* na nossa realidade e contexto, observamos sob uma perspectiva presente, tornando sua interpretação, em alguns momentos, obscura. Porém, o objetivo da pesquisa é entender o que Nicolau Maquiavel procurava expressar com o uso da expressão, trazendo seus conceitos e definições próprios da época e da sua realidade política vivenciada em Florença, separando os significados vinculados no período pós-Maquiavel, para compreendermos de modo claro o sentido do termo *virtù*.

Na obra *O Príncipe*, em algumas passagens, a palavra *virtù* aparece sem um conceito estabelecido e definido de forma clara. No entanto, esses múltiplos sentidos não se originaram com Maquiavel, pois a *virtù* já era muito utilizada por intelectuais no Renascimento italiano, bem como por escritores da França e Inglaterra nos séculos XV e XVI. Segundo Prince, existem diversos tipos de *virtù*: moral, política, militar, entre outras, mas os assuntos políticos e militares são os mais trabalhados pelo filósofo. De acordo com

De Souza (2003), determinar a superioridade da *virtù* política e militar comparada às demais pode gerar algumas consequências:

A primeira delas é que ao dizer que Maquiavel privilegia assuntos políticos e militares diz-se, em decorrência disto, que há um enfoque maior dessas “faces” da *virtù*, ou ainda, que as faces da *virtù* que são enfocadas mais diretamente são as que dizem respeito a tais assuntos. Essa superioridade, no entanto, não suprime a existência das outras faces desse conceito. Ela expressa apenas uma relevância maior das faces política e militar da *virtù* na obra maquiaveliana. São as faces mais discutidas e analisadas da *virtù*, além disso, são também frequentemente opostas ou até mesmo relacionadas à *fortuna* no decorrer dos textos maquiavelianos. Disso, segundo Price, vem uma outra consequência; muitos não compreendem bem “o significado” da *virtù*: tomam seu significado mais comum ignorando os demais significados do termo. O estudo de Price é bastante relevante e descreve não somente os significados do termo *virtù*, mas também, a interpretação que vários autores fazem do mesmo. (DE SOUZA, 2003, p. 62)

O presente tópico tem por objetivo investigar o conceito de *virtù*, levando em consideração sua face política e militar como define Maquiavel (1532) em *O Príncipe*: “deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e a sua organização e disciplina, pois que é essa a única arte que compete a quem comanda”. Para Maquiavel, o príncipe deve mesclar suas atitudes, sendo bom em determinadas situações e mau em outras, inicialmente praticando a *virtù* para conquistar o poder, para, posteriormente, mantê-lo.

3.1. A definição de *virtù*

Virtù e Fortuna são as duas forças que caminham juntas no campo da ação política, de acordo com Maquiavel. A palavra *virtù* assumiu vários significados: para Dante, significava autoridade imperial absoluta assistida pela “graça” divina; para Boccaccia, correspondia a gentileza e honestidade; para Leon Battista Alberti, significava bondade e prudência. Já no *Príncipe*, coincide com a capacidade dinâmica e operacional de suportar o contraste de seu antagonista e também com a força dos tempos. Portanto, esta palavra está na perspectiva de sua capacidade e vontade política, nas suas qualidades, visto que também ele faz parte de uma sociedade. Maquiavel compara o exercício da *virtù* a uma forma de hierarquia entre os homens:

“Entre todos os homens louvados, os mais louvados foram os cabeças e ordenadores de religiões. Logo depois destes, os que fundaram repúblicas ou reinos. Depois destes, são célebres os que, comandando exércitos, ampliaram seu próprio domínio ou da pátria. A estes se somam os homens de letras. E como estes são de vários tipos, são eles celebrados segundo o mérito de cada uma. A qualquer outro homem, cujo número é infinito, atribui-se a parte de louvores que lhe é dada pela sua arte e sua atividade.

São, ao contrário, infames e detestáveis os homens que destroem religiões, dissipam reinos e repúblicas, inimigos das *virtù*, das letras e de qualquer outra arte que confira utilidade e honra à espécie humana; tais são os ímpios, os violentos, os ignorantes, os incapazes e os covardes. (MAQUIAVEL, 2007, p. 44).

Assim, no pensamento de Maquiavel, duas forças gigantescas enfrentam-se, a fortuna inconstante e a *virtù* humana, que é capaz de se opor a ela e impedi-la de causar danos, dobrá-la para seus próprios fins. A "*virtù*" de que fala Maquiavel é, portanto, bastante complexa: em primeiro lugar, o conhecimento perfeito das leis gerais da ação política, extraídas, como sabemos, tanto da experiência direta quanto da "lição" da história passada. Em segundo lugar, a capacidade de aplicar essas leis a casos concretos e particulares, prevendo com base nelas o comportamento dos adversários e a evolução das situações, a alteração do equilíbrio de poder, o impacto dos interesses dos indivíduos; enfim, a decisão, a energia, a coragem de colocar em prática o que foi planejado.

De acordo com o contexto político de Maquiavel, o termo *virtù* entra em cena não apenas para descrever o sentido ético tradicional, mas para significar as habilidades, modos e moral necessários para desempenhar o papel de um líder de sucesso. Para descobrir o que Maquiavel quer dizer com o termo *virtù*, temos que dar uma olhada mais profunda em *O Príncipe* para perceber quando ele usou a palavra para ilustrar algumas ações, pois existem, na visão de Maquiavel, pelo menos dois conceitos diferentes de *virtù*: um para cidadãos particulares, outro para príncipes. A opinião de Maquiavel sobre a *virtù* dos príncipes é totalmente consistente com as instruções determinadas em sua obra.

No geral, *Virtù* está entre os conceitos que não têm expressão equivalente em algumas línguas. Basicamente, Maquiavel usou o termo *virtù* várias vezes em seu livro para se referir às qualidades necessárias para ser um líder poderoso. No entanto, outros conceitos de *virtù* também existem. Por exemplo, a virtude cristã é composta de uma variedade de qualificações, como modéstia e esmolas, que quase todas as religiões encorajam as pessoas a tê-las. Segundo eles, são atitudes que toda pessoa pode ter. O conceito cristão de virtude, em outras palavras, não tem necessidade com a vida pública ou política; preocupa-se principalmente com a vida privada e apenas tangencialmente, se é que o faz, com a esfera pública.

Em última análise, a *virtù* de Maquiavel é, de alguma forma, separada de outros conceitos de virtude. Se olharmos mais profundamente, *virtù* é a tradução da palavra grega *Aretè*²⁰. Para entender melhor, a tradução mais fácil seria “excelência específica relacionada à função”. *Aretè* significa a principal característica de qualquer pessoa ou coisa. Por exemplo, o *Aretè* de um professor seria um alto nível de habilidade no ensino, ou o *Aretè* de um cão poderia ser lealdade. Segundo De JO Urmson (1990):

Areté: excelência ou bondade de qualquer tipo. É um substantivo abstrato conectado com *aristos*, excelente; o substantivo abstrato equivalente *agathotes* de *agathos* é tardio e raro; *areté* é comumente traduzido por virtude, uma transliteração do latim *virtus*, mas nem *areté* nem *virtus* significa virtude, exceto em expressões arcaizantes como “as virtudes do motor de combustão interna”, onde “excelências” seriam equivalentes, O oposto de *arete* é *kakia*. (DE JO URMSON, p. 30-31).

O conceito pessoal de *virtù* em Maquiavel é diferente de outras formas de *virtù*, embora se possa observar que a palavra *Aretè* tem o significado mais próximo do seu conceito de *virtù*. Em outras palavras, a *virtù* no Príncipe é a edição política da *Aretè* para Maquiavel. Ele escreveu 53 nomes de indivíduos para descrever exatamente reis virtuosos. Alguns deles especificamente referidos como virtuosos são Aemilius²¹ Paullus²², Aeneus²³ e Agesilaus. Quando olhamos os nomes e a maneira como ele fala sobre eles, é bastante óbvio que seus heróis são, em sua maioria, do mundo antigo antes do grande Império Romano. Nenhum homem é absolutamente virtuoso, ou sem *virtù*, e em algum lugar entre os dois extremos

20 Significa “excelência” e “virtude”. Mas há algo mais quanto ao termo *areté* que não pode ser expresso em palavras. Há algo de Divino nisso. Talvez a única maneira verdadeira de entender *areté* seja considerar dois ou mais exemplos de excelência e contemplar o que eles compartilham. Para Platão, *areté* está principalmente associada à excelência *moral*. É subordinado a virtudes morais específicas de Coragem, Temperança, Justiça, etc.; algo que todos compartilham, uma qualidade especial sem nome, sua essência. Está claramente relacionado à Bondade, mas não é a mesma coisa. Para Aristóteles, algo é excelente quando manifesta seu propósito único ou *telos*. A qualidade única e definidora dos seres humanos, para Aristóteles, o que os torna distintos de outras criaturas é a capacidade de pensamento racional. A excelência humana, então, envolve o uso correto da razão, principalmente em conexão com a escolha moral.

21 Aemiliusera, filho do cônsul Aemilius Paulus, que morreu em Canas. Ele era um general competente que ganhou vitórias na Itália contra os Ligurians, mas tornou-se realmente distinto em 168 B. C. que liderou os romanos contra Perseus, o rei da Macedônia em Pydna em 168 B. C. Aemilius é mais conhecido por seu espetacular triunfo, um dos maiores que Roma já viu. Ironicamente, no entanto, dois dos jovens filhos do conquistador morreram um mês após seu grande triunfo. Aemilius era amigo do historiador greco-romano Políbio.

22 Herói da Eneida de *Virgílio*. Príncipe de Tróia, que escapou da cidade em chamas e depois de uma longa viagem, estabeleceu-se na Itália e se tornou o ancestral de Rômulo.

23 Foi um líder de sucesso nas guerras, muito alerta e rápido, porém, cauteloso – um homem, cuja bravura pessoal era inquestionável. Como estadista, ele conquistou adeptos entusiásticos e inimigos ferrenhos, mas seu patriotismo não pode ser questionado. Ele vivia no estilo mais frugal, tanto em casa quanto no campo, e, embora suas campanhas fossem empreendidas em grande parte para garantir o saque, ele se contentava em enriquecer o Estado e seus amigos e retornar tão pobre quanto havia se estabelecido. O pior traço de seu caráter é seu ódio implacável por Tebas, que o levou diretamente à batalha de Leuctra e Esparta.

existe uma gama de vários graus de *virtù*. O fato de A ser mais virtuoso do que B, mas menos do que C, não significa necessariamente que B, mais do que A, não tem virtude. No geral, Maquiavel usou a palavra *virtù* para explicar perfeitamente as qualidades de um líder adequado.

Maquiavel é conhecido por acreditar que a vida privada não deve afetar o comportamento político, por isso seu nome passou a ser particularmente identificado com o divórcio político da moralidade privada, com a doutrina da conveniência na ação política e com o modo de justificar todos os meios políticos, fundamento da razão de Estado, pois faz menos com sua singularidade do que com a maneira dinâmica como ele expressou essas ideias. Ele acredita que um governante deve escolher sua prioridade com base nos direitos do estado. Dependendo da situação, um príncipe pode tomar até mesmo uma decisão cruel, pois a necessidade não tem lei. É um velho assunto argumentativo entre políticos e filósofos que os líderes deveriam fechar os olhos para seus próprios interesses, muitas vezes por causa da sobrevivência política.

Maquiavel argumenta de forma pessimista sobre a natureza de ser um governante e as virtudes necessárias para salvar o reino. Ele descreve os homens como egocêntricos, desfavoráveis e fracos em relação às aparências. Naturalmente, ele acredita que as pessoas tendem a ser más em vez de boas e que é melhor ser temido do que ser amado. Segundo sua crença, em diferentes situações, o príncipe deve estar preparado para fazer qualquer coisa para salvar sua posição, como mentir, enganar alguém, tomar decisões cruéis ou quebrar tratados.

Mas qual é a razão de um príncipe ser sempre assim? Talvez Maquiavel considere que ser um líder, rei ou príncipe é um título gigantesco. Ao longo da história, apenas algumas pessoas se tornaram líderes. Consequentemente, para salvar este título e todo o Estado, os líderes devem mantê-lo. No entanto, as coisas ficam mais claras quando percebemos que as ofensas cometidas por um líder não são a “necessidade natural e comum” no início do Capítulo III.

Isso depende de uma outra necessidade natural e ordinária, a qual faz com que o novo príncipe sempre precise ofender os novos súditos com seus soldados e com outras infinitas injúrias que se lançam sobre a recente conquista; dessa forma, tens como inimigos todos aqueles que ofendeste com a ocupação daquele principado e não podes manter como amigos os que te puseram ali, por não poderes satisfazê-los pela forma por que tinham imaginado, nem aplicar-lhes corretivos violentos uma vez que estás a eles obrigado; (MAQUIAVEL, 1513, p.5).

Maquiavel, então, explicou que a necessidade natural e comum deveria ser algo como autodefesa. Um líder quase sempre está ciente dos inimigos. Ele deve estar sempre um passo à frente se quiser proteger sua posição. É, de algum modo, razoável comportar-se de forma semelhante ao príncipe de Maquiavel como um líder, quando a história nos mostra que, na maior parte da corte, ocorreu corrupção política.

Os atributos que um líder precisa ter em diferentes contextos denotam a verdadeira *virtù* para Nicolau Maquiavel. Em sua crença, essas características, às vezes, fazem os líderes agirem por necessidade do Estado. Seja uma ação cruel ou gentil. No entanto, na maioria das vezes, Maquiavel diz que é melhor ser temido do que ser amado quando os líderes não podem ter as duas características.

3.2. ‘*Virtù* x Fortuna’

A palavra fortuna assumiu diferentes significados: para Dante, a fortuna era personificada em uma deusa inconstante e cega, que distribuía bens mundanos aleatoriamente entre os homens, ela era ministra da vontade de Deus que administra de acordo com desígnios inescrutáveis, acima das capacidades interpretativas do mundo. Para Boccaccio, corresponde ao evento imprevisível capaz de destruir o projeto humano. Para Leon Battista Alberti, é representado como um rio turbulento onde o destino e a sorte são representados com a violência das ondas que se opõem a certas virtudes, como a inteligência das artes profissionais e a sabedoria.

Enquanto a palavra italiana normalmente seria traduzida como “virtude” e normalmente transmitiria a conotação convencional de bondade moral, Maquiavel obviamente define como sendo algo muito diferente quando se refere à *virtù* do príncipe. Em particular, Maquiavel emprega o conceito de *virtù* para se referir à gama de qualidades pessoais que o príncipe achará necessário adquirir, a fim de “manter seu estado” e “alcançar grandes coisas”, os dois marcadores padrão de poder para ele. Isso torna brutalmente claro que não pode haver equivalência entre as virtudes convencionais e a *virtù* maquiavélica. O sentido de Maquiavel do que é ser uma pessoa com *virtù* pode, portanto, ser resumido em sua recomendação de que o príncipe, acima de tudo, deve possuir uma “disposição flexível”. Esse governante é mais adequado para o cargo, na conta de Maquiavel, que é capaz de variar sua conduta de boa para má e vice-versa, conforme a fortuna e as circunstâncias ditarem.

Não por acaso, Maquiavel também usa o termo *virtù* em seu livro *A Arte da Guerra*²⁴, para descrever a destreza estratégica do general que se adapta às diferentes condições do campo de batalha, conforme a situação exige. Maquiavel vê a política como uma espécie de campo de batalha em uma escala diferente. Portanto, o príncipe, assim como o general, precisa estar de posse do *virtù*, ou seja, saber quais estratégias e técnicas são adequadas a quais circunstâncias particulares (Wood 1967). Assim, *virtù* acaba sendo intimamente ligado à noção de poder de Maquiavel. O governante de *virtù* deve ser competente na aplicação de poder; possuir *virtù* é, de fato, ter dominado todas as regras relacionadas com a aplicação efetiva do poder. *Virtù* é para a política de poder, enquanto a virtude convencional é para aqueles pensadores que supõem que a bondade moral é suficiente para ser um governante legítimo: é a pedra de toque do sucesso político.

Qual é o vínculo conceitual entre *virtù* e o exercício efetivo do poder para Maquiavel? A resposta está em outro conceito central maquiavélico: Fortuna (geralmente traduzido como “fortuna”). Fortuna é o inimigo da ordem política, a ameaça final à segurança e à proteção do Estado. O uso do conceito por Maquiavel tem sido amplamente debatido sem uma resolução muito satisfatória. Basta dizer que, a exemplo da *virtù*, Fortuna é empregado por ele de uma forma distinta. Enquanto representações convencionais tratavam Fortuna como uma deusa principalmente benigna, embora inconstante, que é a fonte dos bens humanos e dos males, a fortuna de Maquiavel é uma fonte malévola e intransigente de miséria, aflição e desastre humanos.

A discussão mais famosa de Maquiavel sobre a Fortuna ocorre no capítulo 25 de *O Príncipe*, no qual ele propõe duas analogias para compreender a situação humana em face dos acontecimentos. Inicialmente, ele compara a fortuna da seguinte maneira:

Comparo-a a um desses rios torrenciais que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destróem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte. (MAQUIAVEL, 2007, p. 96).

Porém, o furor de um rio caudaloso não significa que suas depredações estejam além do controle humano: antes que as chuvas cheguem, é possível tomar precauções para desviar

24 Escrito entre 1519 e 1520, o livro destaca que os italianos modernos tornaram-se tão degenerados e corruptos em seus caminhos, que sua falta de conhecimento dos assuntos militares e a falta de disciplina militar levaram à ruína da nação. A Itália tornou-se um campo de batalha de “bárbaros” estrangeiros, ou seja, alemães, franceses e espanhóis. Maquiavel defende a adaptação criativa de práticas militares antigas, mas aponta como isso seria difícil de realizar. Publicada há cerca de 500 anos, esta obra já conquistou leitores prestigiosos, como Napoleão Bonaparte e Frederico II, o Grande, sendo considerado indispensável para todo e qualquer príncipe.

as piores consequências dos elementos naturais. “Acontece o mesmo com a Fortuna”, observa Maquiavel: “Ela mostra seu poder onde *virtù* e sabedoria não se preparam para resistir a ela, e direciona sua fúria onde ela sabe que nenhum dique ou barragem está pronto para segurá-la.” (Maquiavel, 2007, p. 96).

Os seres humanos podem resistir à fortuna, mas apenas nas circunstâncias em que a “*virtù* e a sabedoria” já se prepararam para a sua chegada inevitável. Maquiavel reforça a associação da Fortuna com a força cega da natureza, explicando que o sucesso político depende da apreciação dos princípios operacionais dela.

Em outras palavras, Fortuna exige uma resposta violenta daqueles que a controlam. “Ela se deixa dominar com mais frequência pelos homens que usam esses métodos do que por quem age com frieza”, continua Maquiavel, “pois sempre, como mulher, é amiga dos jovens, porque são menos cautelosos, mais espirituosos e com mais ousadia, domine-a” (MAQUIAVEL, 2007, p. 99). O comportamento desenfreado da fortuna exige uma resposta agressiva, mesmo violenta, para que ela não se aproveite daqueles homens que são muito retraídos para dominá-la.

As observações de Maquiavel apontam para várias conclusões importantes sobre Fortuna e seu lugar em seu universo intelectual. Ao longo de sua obra, a Fortuna é retratada como uma fonte primária de violência (especialmente quando dirigida contra a humanidade) e como antitética à razão. Assim, Maquiavel percebe que só a preparação para representar uma resposta extrema às vicissitudes da Fortuna garantirá a vitória contra ela. Isso é o que *virtù* oferece: a capacidade de responder à fortuna a qualquer momento e da maneira que for necessária.

O contexto histórico que inspirou os escritos de Maquiavel sobre *O Príncipe* foi o da crise pela qual a Itália estava passando de fato. A obra apresenta-se como uma alternativa para a situação de forte convulsão política no país. No capítulo XXV de *O Príncipe*, intitulado de *Quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se lhe deva resistir*, analisa-se definitivamente a complexa e problemática relação entre *virtù* e fortuna, que caracteriza a obra. Inicialmente, o autor mantém uma posição equilibrada em relação a essas duas forças, reconhecendo-as como igualmente responsáveis pelos resultados dos negócios humanos:

Contudo, para que o nosso livre arbítrio não seja extinto, julgo poder ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase. Comparo-a a um desses rios torrenciais que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte.

E, se bem assim ocorra, isso não impedia que os homens, quando a época era de calma, tomassem providências com anteparos e diques, de modo que, crescendo depois, ou as águas corressem por um canal, ou o seu ímpeto não fosse tão desenfreado nem tão danoso. (MAQUIAVEL, 1513, p. 96).

Maquiavel retrata a situação na Itália, definida como “uma campanha sem aterros e sem qualquer abrigo”, na qual a fortuna se enfurece soberana. O autor prossegue com a sua análise, admitindo que, também no que diz respeito ao “Príncipe”, a única combinação que pode conduzir ao seu sucesso é a baseada na sua natureza e nas necessidades que os tempos exigem: se o caráter do governante é de acordo com as demandas do tempo, ele terá sucesso; pelo contrário, vai arruinar:

Mas, restringindo-me mais ao particular, digo por que se vê um príncipe hoje em franco e feliz progresso e amanhã em ruína, sem que tenha mudado sua natureza ou as suas qualidades; isso resulta, segundo creio, primeiro das razões que foram longamente expostas mais atrás, isto é, que o príncipe que se apoia totalmente na sorte arruina-se segundo as variações desta. Creio, ainda, seja feliz aquele que acomode o seu modo de proceder com a natureza dos tempos, da mesma forma que penso seja infeliz aquele que, com o seu proceder, entre em choque com o momento que atravessa. (MAQUIAVEL, 1513, p. 97).

A fortuna domina, assim, a *virtù*, e Maquiavel, perante esta situação, conclui, afirmando a importância da vontade e da ousadia na ação, as únicas que podem talvez domar a fortuna:

Concluo, pois, que variando a sorte e permanecendo os homens obstinados nos seus modos de agir, serão felizes enquanto aquela e estes sejam concordes e infelizes quando surgir a discordância. Considero seja melhor ser impetuoso do que dotado de cautela, porque a fortuna é mulher e consequentemente se torna necessário, querendo dominá-la, bater-lhe e contrariá-la; e ela mais se deixa vencer por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, porém, como mulher, sempre é amiga dos jovens, porque são menos cautelosos, mais afoitos e com maior audácia a dominam. (MAQUIAVEL, 1513, p. 99).

Mais uma vez, Maquiavel compara fortuna à mulher, afirmando que a sorte seria conquistada utilizando determinados meios, exemplificando como as mulheres seriam tratadas.

3.3. A *Virtù* e o assassinato na política

A grande repercussão das obras de Maquiavel deve-se a uma multiplicidade de elementos. Ainda hoje, a obra do filósofo causa sensação em quem a lê, gerando importantes

debates filosóficos entre seus leitores. Maquiavel é abordado de forma reduitiva e inadequada ao conceito de “maquiavélico”, sem compreender as raízes de conceitos internos ao seu pensamento e que, certamente, causam sensação no leitor a princípio. A intenção deste tópico é discutir e refletir sobre um dos conceitos mais extremos que emerge nos textos de Maquiavel: o assassinato, ou melhor, o assassinato político, que entra na gama de ações “maquiavélicas”, polemizando ainda mais sua teoria.

Inicialmente concentraremos as ideias em *O Príncipe*, levando em consideração também o *Discorsi* (*Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*). Por fim, será feita referência à breve descrição da maneira adotada pelo Duque Valentino²⁵ para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, Signor Pagolo e o Duque de Gravina Orsini, texto referente a uma parte do capítulo VII de *O Príncipe* e que é fundamental para entender como Maquiavel aborda a questão do assassinato político, como ele o julga e dentro de quais coordenadas o julgamento está situado. Na verdade, não se trata apenas de observar como Maquiavel põe a preto e branco tal ato, é uma questão de entender como e por que o faz. E, finalmente, para entender se e em que medida esse ato é tão deplorável, em virtude da perspectiva a partir da qual é julgado.

Para ter sucesso em tudo isso, é absolutamente necessário abordar o conceito em questão com cautela. Isso significa que, para entender em que contexto ela está localizada e de que forma é tratada, devemos primeiro olhar para a teoria política como um todo e, então, nos deter em alguns elementos da prática política. Com que valores é necessário julgar um ato tão violento e extremo como o assassinato político? Quem deve recorrer a uma ação como essa? E por quais motivos? Para responder a essas perguntas, deve-se abordar o discurso do florentino com atenção. Tratar os conceitos com cautela significa, antes de mais nada, compreender o problema filosófico que os textos políticos do autor pretendem abordar. A solução deste problema é, portanto, também um dos objetivos que queremos alcançar. O problema filosófico em questão anda de mãos dadas com outro paradigma, a saber, o papel que a própria filosofia política desempenha como uma força argumentativa para Maquiavel. Finalmente, devemos nos concentrar novamente no conceito de *virtù*. Uma palavra-chave na obra de Maquiavel, tão central quanto problemática.

25 Cesare Borgia, o duque de Valentinois, italiano (Duca Valentino), 1475-1507, nascido em Viana, Espanha, filho natural do Papa Alexander VI. Ele foi um capitão da Renascença, que, como titular dos cargos de duque da Romagna e capitão-geral dos exércitos da igreja, reforçou o poder político do papado de seu pai e tentou estabelecer seu próprio principado na Itália central. Suas políticas levaram Maquiavel a citá-lo como um exemplo do novo “Príncipe”.

Compreender a *virtù* também é fundamental para que os valores que Maquiavel atribui à política sejam expressos – em suma, o que ele fez e que tanto causa sensação nos textos florentinos. A *virtù* é, de fato, a chave para entender o homicídio, entendido como ato político. Para apreender a verdadeira natureza desse dispositivo (fragmentos teóricos centrados na formação de um problema político) e seus efeitos, devemos ir além: abandonar uma concepção que considera apenas a teoria, por uma concepção que leva em consideração a prática.

Por relacionamento político, não se quer dizer um relatório de teoria política, mas um relatório de prática política. Mas é apenas o ponto de vista da prática política que determina a modalidade da relação com os elementos da teoria política e a modalidade e o mecanismo dos elementos da própria teoria em questão. A relação entre o plano teórico e o plano prático é fundamental. Uma das abordagens de Maquiavel, como emerge dos objetivos do Príncipe, é certamente uma abordagem da prática política. Maquiavel chama atenção para o Estado, reflete sobre o que é útil ou prejudicial à manutenção do sistema, e é somente nessa perspectiva que as ferramentas da teoria política são delineadas e inferidas. No entanto, essas ferramentas estão a serviço da prática política e da finalidade da ação política. A reflexão de Maquiavel é, então, uma reflexão que, como política, traz todos os conceitos de volta à sua modalidade. E é isso que destacaremos no caso específico da *virtù* e do homicídio. Dois conceitos pertencentes à prática política maquiaveliana.

Para entender o assassinato como um assassinato político, devemos primeiro questionar a *virtù* e entender o que se segue de uma análise geral do conceito. Uma vez que é dentro dessa noção, fonte de sentido da prática política, que o assassinato político pode ser compreendido. Na verdade, o valor da *virtù* determina diretamente o significado do assassinato político e o valor deste em si.

Como observado, a reflexão de Maquiavel remete os conceitos à sua modalidade política, ou seja, todos os conceitos são compreendidos em seu sentido e qualidade políticas, a própria *virtù* é virtude política. Tentar compreender o significado que a *virtù* assume nos textos de Maquiavel significa apreender o significado puramente político do termo. A *virtù*, que assim entra em cena, deve ser também uma arte, sempre capaz de se adaptar ao novo que nasce e salvá-lo da desordem. Se designarmos com o nome de fortuna o conjunto de forças externas para indicar a multiplicidade de fatores que interagem, mas de forma desordenada e com o nome de *virtù*, a capacidade de ordenar a matéria, então, podemos dizer que fortuna e *virtù*, juntas, determinam a esfera por excelência da ação política.

Do capítulo XV ao capítulo XXIV de *O Príncipe*, Maquiavel concentra seu argumento nas qualidades do príncipe, qualidades que poderíamos definir amplamente como próprias do político. Pelas qualidades definidas nesses capítulos, fica claro que a ação politicamente virtuosa é, em grande parte, separada do que são valores tradicionalmente entendidos. Por tradicionalmente entendido, certamente podemos significar todos os valores que remontam, por exemplo, à regra de ouro “não faça aos outros o que você não quer que seja feito a você”. Nestes capítulos, por outro lado, emergem alguns conselhos e preceitos totalmente diferentes dos valores tradicionais da moralidade e do sentido do “bem”. A autonomia da política é proclamada, total independência da moralidade. O que é politicamente certo, e por politicamente certo Maquiavel significa o que é útil para a preservação do Estado, nem sempre coincide com o que é moralmente certo.

Entre os vários exemplos presentes na obra de Maquiavel, há uma passagem em que ele afirma que as ações de Cesare Borgia, figura com quem teve contato direto, são as melhores que podem ser indicadas a um novo príncipe. Nas ações de Cesare Borgia, encontra-se o desenrolar da ação virtuosa. Maquiavel afirma:

Se, pois, se considerarem todos os progressos do duque, ver-se-á ter ele estabelecido grandes alicerces para o futuro poderio, os quais não julgo supérfluo descrever, pois não saberia que melhores preceitos do que o exemplo de suas ações poderia indicar a um príncipe novo; e se as suas disposições não lhe aproveitaram, não foi por culpa sua, mas sim em resultado de uma extraordinária e extrema má sorte. (MAQUIAVEL, 1513, p.25).

Sem nos deter na relação complexa que existe entre *virtù* e fortuna, podemos nos concentrar diretamente no que são as ações politicamente virtuosas de Cesare Borgia. Por meio das ações de Valentino, e de alguns outros exemplos, podemos entender que posição o assassinato político assume em relação à *virtù*, e como esse ato é julgado por Maquiavel. Antes de entrar neste mérito e abordar o que Valentino tem feito no campo do assassinato político, é preciso ter em mente como esse conceito está difundido e presente nos escritos de Maquiavel. No Capítulo III de *O Príncipe*, por exemplo, ao discutir os meios úteis para a manutenção de um principado recém-adquirido, Maquiavel afirma, sem muitos problemas, que:

E quem conquista, querendo conservá-los, deve adotar duas medidas: a primeira, fazer com que a linhagem do antigo príncipe seja extinta; a outra, aquela de não alterar nem as suas leis nem os impostos; por tal forma, dentro de mui curto lapso de tempo, o território conquistado passa a constituir um corpo todo com o principado antigo. (MAQUIAVEL, 1513, p.7).

É claro, então, que uma das ações politicamente úteis e, portanto, virtuosas, no momento da conquista de um novo principado, é a extinção da dinastia que antes reinava. O assassinato, neste caso mesmo de toda uma linha familiar, é necessário para que não surjam problemas no estado adquirido. Existe outra passagem presente no Capítulo IX do primeiro livro dos *Discursos*, na qual Maquiavel argumenta que é melhor estar sozinho na constituição das boas ordens de uma república ou na reforma das antigas. Aqui Maquiavel se detém na figura de Rômulo, o fundador de Roma:

Consideradas portanto todas essas coisas, concludo que, para ordenar uma república, é necessário estar só; e que Rômulo deve merecer escusas, e não censuras, pela morte de Remo e de Tito Tácio. (MAQUIAVEL, 1521, p.43).

Segundo Maquiavel, Rômulo não teve outra escolha, a não ser agir com violência. E, embora uma ação tão imoral como a supressão de uma vida humana seja certamente condenada e desprezada por todos, nas páginas de Maquiavel, ela é, em vez disso, desculpada, justificada; na verdade, torna-se uma manifestação de virtude política. Isso ocorre porque a violência é politicamente necessária e útil se usada para compensar, enquanto deve ser condenada se usada apenas para estragar. Portanto, é útil tomar como exemplo os casos em que o assassinato político é apresentado como um ato injustificado.

As ações perpetradas com violência por Agatocles, tirano de Siracusa, não são associadas por Maquiavel a qualquer *virtù*, pois não denotam nenhum objetivo político que as desculpasse. O julgamento puramente político que Maquiavel dá sobre o assassinato é então determinado não com base no ato em si, mas nos efeitos decorrentes da ação. A diferença entre o que Rômulo fez e o que Agatocles fez não está na imoralidade do próprio assassinato, como ato deplorável, mas repousa e tem como fundamento a utilidade política e o efeito que ela determina. Se a ação for tomada para consertar isso, ela sempre será desculpada, até mesmo para a morte de um irmão, como no caso de Rômulo.

No entanto, é na figura de Cesare Borgia que a conspiração e o assassinato assumem a forma de virtude política por excelência. No capítulo VII de *O Príncipe* Maquiavel, ele narra brevemente os acontecimentos de Valentino e as ações mais notáveis, para traçar a melhor referência para o novo príncipe. A raposa de Valentino, em matéria de decepções, usada para colorir o incumprimento e para fins de crime, manifesta-se em toda a sua “grandeza” e virtude em dois casos especiais. O primeiro caso é o do assassinato de Ramiro de Lorqua, tenente da Romagna em 1501. Cesare Borgia entende que ele reduziu o povo ao controle, à paz e à

união. Para fugir do ódio do povo, que o próprio Maquiavel afirma ser prejudicial ao príncipe, ele decide se livrar de seu ministro:

E, servindo-se da oportunidade, fez colocarem-no uma manhã, na praça pública de Casena, cortado em dois pedaços, com um pau e uma faca ensanguentada ao lado. A ferocidade desse espetáculo fez com que a população ficasse ao mesmo tempo satisfeita e pasmada. (MAQUIAVEL, 1513, p.42).

O caso do assassinato perpetrado por Cesare Borgia contra seu ministro é elogiado por Maquiavel como uma ação política muito virtuosa, apesar do fato de ter sido de ferocidade sem precedentes e moralmente duvidoso. Com um único ato violento, Cesare Borgia obtém o favor do povo, frustra qualquer perigo de ser odiado, usando seu ministro como bode expiatório e culpando-o pelo excessivo rigor com que o povo obedece a ele. Ao mesmo tempo, porém, o povo é atingido pela ferocidade de seu príncipe, que, certamente, será temido e respeitado. O contexto em que o assassinato ocorre e os benefícios que Borgia obtém do assassinato de seu homem, denotam como a imoralidade do assassinato, às vezes, é politicamente útil e um exemplo de grande *virtù*. A violência e a ferocidade do crime aqui parecem até ser diretamente proporcionais às vantagens que Valentino tira do ato e, portanto, diretamente proporcionais à *virtù* exercida.

O segundo caso, por outro lado, é o engano de Senigallia, acontecimento narrado tanto no *Príncipe* quanto no curto texto da Descrição dos modos do duque Valentino. Neste caso, o assassinato político é usado por Cesare Borgia para a supressão de seus oponentes e daqueles que impedem seus projetos ambiciosos. Os generais das tropas mercenárias dos Borgia, percebendo que a força política cada vez maior do príncipe seria sua ruína, decidem fazer uma conspiração. Ele então organizou tudo, simulando uma falsa reconciliação com os conspiradores. O local estabelecido para a conspiração é Senigallia. Maquiavel, narrando as façanhas de Borgia, menciona esse acontecimento no capítulo VII de *O Príncipe*, não poupando comentários positivos sobre o assunto.

O florentino descreve o contexto da conspiração tramada pelo príncipe contra seus generais. Nesse texto, Maquiavel não expressa julgamentos sobre o efeito político, positivo ou negativo, que o resultado da conspiração tem, nem expressa julgamentos sobre a *virtù* ou outro fator que move a ação do duque. No entanto, lendo este breve relato da conspiração à luz do que Maquiavel expõe no *Príncipe*, podemos tirar conclusões sobre a ação de Valentino. O texto abre com uma breve descrição do contexto político em que a conspiração é incubada,

continua com uma descrição objetiva dos eventos e do lugar da conspiração (o próprio Maquiavel estava presente), até que o texto feche onde os fios dos eventos são desenhados:

Teria sido difícil a sua destruição, como difícil foi a de Agátocles, se não tivesse sido enganado por César Bórgia quando este, em Sinigalia, como já se disse, aprisionou os Orsini e os Vitelli. Ai, preso também ele, foi estrangulado juntamente com Vitellozzo, mestre de suas virtudes e suas perfídias, um ano após haver cometido o parricídio. (MAQUIAVEL, 1513, p.36).

A linguagem descritiva de Maquiavel não deixa espaço para julgamentos de qualquer tipo sobre a ação do duque, seja ela virtuosa ou não. No entanto, ao ler o texto com os olhos do leitor do *Príncipe* e levar em conta o contexto de necessidade política que Maquiavel destaca no capítulo VII, é fácil entender como a ação do duque é politicamente útil e, portanto, virtuosa aos olhos do autor. Também aqui a *virtù* do príncipe não pode ser julgada com base em valores morais e apolíticos, com os quais o duque, certamente, teria ido à ruína, mas responde às coordenadas da esfera política, que, muitas vezes, conflitam com a tradição moral.

4. ÉTICA, ARMAS E RELIGIÃO: AMBIÇÕES E DOMÍNIOS DO PRÍNCIPE

Além da *virtù* e fortuna, temas como religião e estratégias político-militares precisam ser estudados para fundamentar a presente pesquisa. Para Maquiavel, em relação à religião, o que lhe atribui mérito não é a magnitude de seu fundador, o conteúdo das doutrinas, a veracidade dos dogmas ou o sentido dos mistérios e suas liturgias. O que interessa não é a essência da religião, e sim sua utilidade e valor para a vida comunitária. A religião instrui a identificar e a honrar os princípios políticos a partir do mandamento religioso. Essa regra coletiva pode atribuir tanto o aspecto coercivo exterior da subordinação militar ou da superioridade política quanto o caráter de persuasão interior da civilidade moral para a produção da unanimidade coletiva.

Assim, a excentricidade do filósofo florentino estaria em grande parte no modo como lidou com as questões morais e políticas, oferecendo uma outra perspectiva ao exercício do poder outrora sacralizado por princípios defendidos pela Igreja. Considerado um dos representantes mais antigos da Ciência Política, sua obra, já no século XVI, abordava questões que ainda hoje se fazem relevantes, a exemplo da legitimação do poder, especialmente se considerarmos as características complexas e polêmicas que fazem parte da vida política.

4.1. Maquiavel e as estratégias político-militares

Nicolau Maquiavel antecipou questões relacionadas à corrupção pública e moral, à fraqueza militar e aos mercenários. O florentino já defendia o caráter crucial dos exércitos “nacionais”, ágeis e versáteis, apoiados numa estratégia sinérgica, em que o fator humano, a força do corpo, a boa formação e os elementos espirituais eram centrais. A organização e o triunfo do governo dependiam apenas da missão e, para libertar a Itália dos bárbaros, o estadista florentino parecia favorecer um principado em vez de uma república, embora reconhecendo que a república teria maior estabilidade política. A figura central do Príncipe é a soberania, ou melhor, do Estado (pré) italiano, instituição objetiva, histórica e laica. Maquiavel não era um sonhador, ela sabia muito bem que, sem uma rede de instituições sólidas, o trabalho de um monarca poderia ter pouco ou nenhum efeito.

Maquiavel percebeu que era necessário um sólido núcleo político-militar, ele sabia da ligação inevitável entre os sistemas militares e a estrutura político-econômica da nação. Se

não tivesse sido formado, a Itália não teria futuro, ficando fragmentada em um cenário europeu em que a luta pela hegemonia estava a todo vapor.

Maquiavel foi, de certa forma, censurado, por subestimar o papel da artilharia e da tecnologia na guerra moderna. As armas estavam se tornando cada vez mais comuns, manejáveis e eficazes, mas só eram decisivas no uso em massa. A infantaria pouco se beneficiou disso. As armas pequenas eram tão imprecisas que eram inferiores ao arco. Maquiavel admitia um uso limitado, embora preferisse equipamentos mais próximos dos cânones dos antigos romanos.

Ele reconheceu que calibres pesados eram válidos contra fortificações e acampamentos entrincheirados, mas os considerou de pouca utilidade em outros cenários. A artilharia é “útil em um exército quando a virtude antiga é misturada a ela, mas sem isso contra um exército virtuoso é muito inútil”²⁶. Uma advertência, que serve em todos os tempos, dirigida sobretudo àqueles que, alimentando uma fé cega na superioridade tecnológica, tendem a subestimar a centralidade do fator humano, das forças morais, do modelo organizacional e do incomensurável na guerra²⁷.

A inovação organizacional, muitas vezes, representou a chave para o sucesso militar, especialmente em situações de igualdade tecnológica, como claramente demonstrado por Edward Luttwak. Maquiavel olhou para a luta não como um choque de exércitos, mas como uma luta entre homens: “que a guerra ficará reduzida inteiramente à artilharia, digo que esta opinião é completamente falsa [...] porque quem quer fazer um bom exército, é melhor para ele [...] habituar os seus homens para se aproximarem do inimigo, e vir com ele aos menar da espada”²⁸, um verdadeiro remédio para a tendência mais perigosa na guerra, o desejo de matar sem se sacrificar. As batalhas sempre foram decididas pela coragem dos soldados, pela habilidade dos comandantes e pela resistência de um povo, subestimado, muitas vezes, pelo poder político.

A história militar ensina que, mesmo nos conflitos mais sangrentos, a resiliência da opinião pública excedeu em muito as expectativas. Basta pensar no povo britânico e russo na Segunda Guerra Mundial. Maquiavel já havia previsto isso, enfatizando o papel constitutivo do povo na solidez das instituições, o que reforça a hipótese da nossa dissertação, que afirma que as teorias de Maquiavel são atemporais. Ele também sabia muito bem que a cavalaria com arreios de ferro e a artilharia pesada da época eram limitadas pelo terreno e pelas condições

26 Maquiavel, Discorsi, cit., livro II, cap.17, pág.173

27 Earle, *op.cit.*, p.20

28 Maquiavel, Discorsi, cit., livro II, cap. 17, pág. 172

atmosféricas. Por espírito ofensivo e força moral, eles não podiam ser comparados com a infantaria.

A teoria de Maquiavel teve o mérito de trazer a guerra de volta às suas finalidades naturais, destacando a importância dos fatores espirituais na luta. Tanto na guerra como na paz, o príncipe foi aconselhado a ter um único objetivo, trabalhar a arte da guerra, defender o Estado a qualquer custo²⁹. Maquiavel defendia os futuros princípios da arte das guerras anunciadas por Clausewitz, que traziam de volta ao poder político as escolhas feitas na aplicação da força: “o propósito político, a razão primária da guerra, dará, portanto, à guerra que a ação deve alcançar, tanto dos esforços que são necessários para este”. Este é um “axioma” muitas vezes esquecido nos últimos anos, em que os líderes políticos mostraram interesse em estratégia, política de defesa e capacidades militares apenas no momento da aprovação dos orçamentos, subestimando sistematicamente os dispositivos projetados no exterior e subestimando também a duração dos compromissos, com consequências nefastas no formato das forças e no resultado das operações.

Maquiavel teria alertado: “quanto menor a força disponível, mais restritos os objetivos devem ser: além disso, quanto menor a força, menor deve ser a duração da ação”. Os ensinamentos do Florentino, que já havia advertido, ecoam na ação política atual de Vladimir Putin: “onde há deliberação sobre a saúde da pátria, nenhuma consideração deve ser dada a ela, seja justa ou injusta, ou lamentável, ou cruel, aliás, adiado qualquer outro aspecto, segue a todo aquele partido que salva sua vida, e mantém sua liberdade”³⁰. Para Maquiavel, quem tivesse desdenhado “esses modos mais cruéis, ou inimigos de toda a vida, não só humanos, mas cristãos”³¹, teria que desistir de poder ser príncipe um dia.

Apesar das inconsistências, o princípio libertário de Maquiavel manteve-se intacto. Para Spinoza, a obra completa do florentino era uma apologia às liberdades³². Para Rousseau, o Príncipe era o “livro dos republicanos”³³, pois indicava, naquela forma de Estado, a melhor garantia das liberdades individuais, da propriedade privada e da grandeza coletiva³⁴.

Ele propôs um sistema político capaz de canalizar as energias conflitantes para os mecanismos institucionais e exaltou o *modus operandi* da República Romana, muito hábil em resolver as controvérsias patrício-plebeus com o diálogo político³⁵. Até a época dos Gracos

29 Maquiavel, O Príncipe, cit., cap. 14, pág. 65-66

30 Machiavelli Discorsi, cit., livro III, cap. 41, pág. 287

31 Machiavelli Discorsi, livro I, cap. 26, pág. 83

32 SPINOZA, Baruch. Tractatus theologico-politicus. In: Prophecy. Springer, Dordrecht, 2001. p. 544-586.

33 Rousseau, op. cit. p. 123

34 Pier Paolo Portinaro, Perfil do liberalismo, em Benjamin Constant, De la liberté des anciens

35 Machiavelli Discorsi, cit., livro I, cap. 3-6, pp. 43-51.

(133-121 aC), as instituições foram capazes de conter as tensões sociais, tornando-as um instrumento de crescimento político. Graças a uma constituição mista, o príncipe e as pessoas tinham o direito de representação. Maquiavel nunca condenou o tumulto das praças públicas e o valor da ágora, porque reconheceu um fator dinâmico e constituinte do conflito político. Ele considerou inevitáveis os abusos de poder de um soberano absoluto e recomendou preferir a imperfeição e a instabilidade dos regimes que vivem de lutas abertas à ordem enganosa da tirania única.

O exame das qualidades espirituais do príncipe constitui um dos problemas centrais abordados por Maquiavel: ele afirma que um príncipe, para permanecer no poder, também deve se comportar de maneira ruim, independentemente das consequências que essa conduta gerará. Na verdade, é inevitável que um homem que deseja comportar-se como um homem bom entre pessoas más vá à ruína. Para o autor, um príncipe deve se colocar no mesmo nível moral de quem governa. Maquiavel passa a descrever o que define como verdade real, ou seja, tenta dar uma descrição real e não idealizada de como um príncipe deve ser para adquirir e manter o poder.

O primeiro requisito que ele considera necessário é saber ser bom, mas, acima de tudo, ser capaz de não ser mal em algumas ocasiões:

Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade. (MAQUIAVEL, 1513, p. 59).

Ao relacionar todas as características positivas e negativas que podem ser encontradas em um homem, Maquiavel afirma que seria bom para um príncipe possuir apenas as positivas, mas, como isso é impossível, é essencial que ele tome cuidado com os vícios que podem afetar seu poder. Além disso, é seu dever abraçar voluntariamente aqueles vícios sem os quais ele não poderia salvar o Estado, porque alguns dos que são considerados vícios podem ser os únicos capazes de mantê-los firmemente em suas mãos. O décimo sétimo capítulo do livro concentra-se na questão: é melhor ser amado do que temido ou vice-versa? Para o autor, um príncipe, para manter seus súditos unidos e fiéis, pode ser considerado cruel e deve ser temido a ponto de não ser odiado nem amado. No entanto, a crueldade é indispensável na guerra.

A questão das armas é fundamental na escrita de Nicolau Maquiavel, e a presença do termo é constante, principalmente se os verbos armar e desarmar se somam a armas: praticamente, não há texto em que não apareçam. A estratégia utilizada para defender o Estado é classificada no *Príncipe* no Capítulo XII:

Digo, pois, que as armas com as quais um príncipe defende o seu Estado, ou são suas próprias ou são mercenárias, ou auxiliares ou mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas e, se alguém tem o seu Estado apoiado nas tropas mercenárias, jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis; galhardas entre os amigos, vis entre os inimigos; não têm temor a Deus e não têm fé nos homens, e tanto se adia a ruína, quanto se transfere o assalto; na paz se é espoliado por elas, na guerra, pelos inimigos. (MAQUIAVEL, 1513, p. 47).

A polêmica contra as "armas inúteis e perigosas", ou seja, "mercenários e auxiliares", serve para promover a necessidade de "armas próprias" e a supremacia das "populações armadas". Para Maquiavel, "boas armas" andam de mãos dadas com "boa lei" e "liberdade". A ruína da Itália vem dos "pecados" dos príncipes italianos que escolheram confiar seu destino aos líderes mercenários; a tarefa do "redentor da Itália" deverá consistir em "pegar nas próprias armas, porque não se pode ter mais confiança, mais verdadeiros, melhores soldados". Nesta perspectiva, o príncipe, como líder e comandante, pode e deve construir uma relação de amor com os cidadãos e militares: paradoxalmente, o amor tem a ver com "boas armas" e guerra. Boas leis e boas armas são fundamentais na teoria de Maquiavel, já que não podem existir boas leis onde não há boas armas, e, onde existem boas armas, as leis funcionam.

4.2. As questões religiosas em Maquiavel

As teorias de Nicolau Maquiavel geraram muitas controvérsias desde sua morte. Alguns o veem como o filósofo inescrupuloso do poder, outros o admiram pela clareza de seus escritos narrativos e pela complexidade de sua obra. A religião é um aspecto muito importante de sua obra. A atitude de Maquiavel em relação à fé permeia seus escritos e deve ser examinada mais de perto neste ponto. O objetivo deste tópico é examinar as vertentes argumentativas nas quais Maquiavel leva em conta a religião em sua obra e, portanto, que função lhe atribui. Isso é examinado com base em passagens de texto de seus livros "O Príncipe" e "Discorsi". Em seus escritos, Maquiavel defende repetidamente a necessidade da religião.

Maquiavel dedica-se, em seus registros, à realidade política de seu tempo e enaltece sua experiência pessoal como representante do Estado em seu trabalho. Isso fornece um guia para a ação correta de um governante; ele ilustra suas teses, usando o exemplo de chefes de Estado de sua época e do passado. Ele se baseia, particularmente, no trabalho histórico de Políbio e Tito Lívio. Além de representações da história romana, Maquiavel também usa figuras do Antigo Testamento e personalidades políticas de sua época como exemplos do comportamento certo ou errado de um estadista. Para Maquiavel, um excelente estadista deve possuir fortuna e *virtù*, bem como eficiência e inteligência.

A compreensão da religião por Maquiavel é moldada, principalmente, por sua experiência como estadista e suas raízes na vida política. Devido à sua atividade intelectual como teórico político, ele está muito distante da visão teológica da religião dos crentes. É por isso que a religião encontra-se na obra de Maquiavel segundo critérios puramente funcionais, como sua utilidade para o Estado. Maquiavel diferencia as várias formas de cristianismo, especialmente entre o cristianismo primitivo e o cristianismo da igreja de seu tempo, expressando diversas críticas aos papas e às Igrejas.

Sugere, ainda, que a religião não é apenas uma construção de fé, mas, na melhor das hipóteses, também representa instruções concretas para a ação política. Isso torna provável que, para Maquiavel, a religião não apareceu como uma iluminação transcendental, mas como um meio para defender interesses. Usando Numa como exemplo, ele explica como a religião ajudou os romanos a garantirem seu poder; Maquiavel não é particularmente fascinado pelas diversas divindades ou pelos ritos da religião romana. O que importa para ele é o que Numa Pompilius conseguiu com a introdução da religião na vida romana. Acima de tudo, era uma comunidade intacta, porque, como escreve Lívio, os soldados agora obedeciam, o povo respeitava a moral, vivia-se em harmonia. O último ponto em particular teve um significado especial para Maquiavel. Afinal, a unidade do povo italiano, um Estado-nação é seu grande sonho. Ele vê uma comunidade em funcionamento como um pré-requisito absoluto para isso.

Maquiavel, basicamente, observa duas situações da descrição complexa de Numa em Tito Lívio: Por um lado, o mérito do rei está em ser o primeiro a reconhecer que a religião é um suporte decisivo para a manutenção da ordem civil. Por outro lado, Numa foi o primeiro a instrumentalizar a profunda religiosidade do povo para fins políticos. O segundo ponto não é uma interpretação de Maquiavel. Tito Lívio já chama a introdução da religião de um “meio extremamente eficaz”, para evitar revoltas e a inquietação entre as pessoas. Tito Lívio também descreve o encontro de Numa com a ninfa Egeria como um mero engano do povo para legitimar sua ação política. Maquiavel relata que Numa entrou em contato com a deusa

quando quis introduzir novas leis, e ela aconselhou o rei a propor soluções ao povo. Para Maquiavel, essa foi uma jogada inteligente, porque, afinal, a melhor maneira de convencer um povo de uma nova lei é se referindo a Deus. O próprio Maquiavel tira uma conclusão positiva dessa prática moralmente duvidosa de Numa. Os valores religiosos, como o juramento, eram ainda mais importantes para as pessoas na sociedade romana do que as leis. Maquiavel idealiza uma sociedade que consiste não apenas na interação de um governante forte e uma rede de leis, mas também em um catálogo de valores e normas religiosas aos quais pertence até mesmo a autoridade superior.

Ele relata em *Discorsi* como os próprios romanos não se esquivavam de enganar o povo, a maior interpretação, mesmo a reinterpretação dos mandamentos religiosos, quando servia aos interesses da sociedade. É evidente o quão fascinado Maquiavel está com a forma como a religião foi instrumentalizada em Roma. Ele não condena de forma alguma que isso foi em parte um abuso de religião. Já em *O Príncipe*, aprova expressamente se o príncipe desrespeitar as leis, desde que isso sirva ao povo. Ele agora usa a mesma legitimação em conexão com a instrumentalização da religião romana. Maquiavel não é um cristão na prática, mas um humanista que vê o complexo da religiosidade de forma pragmática.

Outra ligação estreita com *O Príncipe* pode ser estabelecida neste contexto. Maquiavel faz a comparação entre um príncipe forte e uma religião e conclui que é uma grande vantagem a religião ser atemporal. Se aderir aos seus princípios, permanecerá um instrumento eficaz muito além da morte do governante. Em *Discorsi*, Maquiavel deixa clara a importância de manter uma fé forte em um povo, mesmo após a morte. A queda do Império Romano deve ser vista em íntima conexão com o declínio da religião. Durante séculos, as pessoas na antiguidade construíram templos e celebraram festivais para seus deuses. Maquiavel aconselha que os governantes preservem os fundamentos da religião, independentemente de achar que é falsa. Ele vê a religião como uma cura para as pessoas ao mesmo tempo, mas também como uma linha muito estreita. Quem quisesse instrumentalizá-la para seu propósito, mas perdendo de vista seus princípios, acabaria sendo punido. O fato de Maquiavel chegar a essa avaliação não se deve apenas a alguns exemplos da história romana que encontra em Tito Lívio, mas também tira essa conclusão da consideração da Igreja Católica de sua vida. Aqui fica claro que a religião serve, principalmente, para governar e controlar as massas:

Um príncipe deve, portanto, tomar muito cuidado para que nunca saia de sua boca que não esteja repleta das cinco qualidades acima; e apareça, para ouvir e ver, toda piedade, toda fé, toda integridade, toda humanidade, toda religião: e não é mais necessário, na opinião de ter, do que esta última qualidade (Príncipe xviii 16).

Maquiavel estabelece uma conexão entre fé, obediência no exército, disciplina militar e obediência civil. A religião torna-se um pré-requisito para o sucesso militar, porque onde há religião é fácil constituir um poder militar, mas onde há um poder militar sem religião, é difícil introduzi-lo e garantir disciplina e obediência das tropas para quem está no poder.

Maquiavel reforça que uma certa dose de crueldade é necessária para garantir a segurança e a paz no país. O príncipe deve garantir que seu povo sinta medo dele, mas que isso não se transforme em ódio por ele. O medo do príncipe garante que as pessoas obedeçam à lei. Isso garantirá a estabilidade do império. Assim, enquanto o medo do príncipe implica, potencialmente pelo menos, uma oposição entre o príncipe e o povo, tal relação é deslocada para um estado de conflito entre a pátria e seus inimigos. O amor à pátria mobiliza o medo, e o terror do príncipe os direciona ao inimigo de sua pátria. O medo de um inimigo que ameaça a pátria une as tropas, e as pessoas podem transferir a frustração que se acumula pelo medo do príncipe para o mundo exterior e reduzi-la por meio do conflito com o inimigo.

Maquiavel prevê que o príncipe pode disciplinar as pessoas tanto quanto a fé. Ele pressupõe, portanto, que o príncipe pode desempenhar um papel com seus súditos semelhante ao de Deus, o que parece muito improvável. O povo pode temer a Deus e ao príncipe, e ambos garantem a obediência e o cumprimento da lei. Aqui o filósofo florentino muda da compreensão teológica de Deus dos cidadãos diretamente para a realidade política. Para Maquiavel, a “superestrutura” religiosa, é absolutamente necessária para uma sociedade para mantê-los juntos e sustentar os sistemas sociais e morais de um corpo social. No segundo capítulo do segundo livro dos “*Discorsi*”, o filósofo analisa o papel da liberdade na República Romana:

Quando agora reflito sobre a razão pela qual os povos da antiguidade tinham mais amor pela liberdade do que o presente, acredito que é o mesmo que com a impotência das pessoas de hoje, ou seja, a diferença em nossa educação e a educação dos antigos, que na diferença de religião reside. Pois, uma vez que nossa religião nos mostrou a verdade e o verdadeiro caminho, ela nos faz apreciar menos as honras mundanas. Os gentios, por outro lado, os valorizavam muito e os consideravam seu maior bem e, portanto, eram mais ousados em seus atos. [...] Além disso, a velha religião só tornou santos os homens de fama mundana, como generais e chefes de estado. Nossa religião beatificou mais os humildes e contemplativos do que os ativos. Ela tem o maior bem em humildade Renúncia e desprezo pelo terreno; o primeiro coloca em alta coragem, força física e tudo o que torna as pessoas poderosas. Se nossa religião também exige que alguém seja forte, ela quer que a expresse no sofrimento e não em atos poderosos (MAQUIAVEL, 1979, p. 153)

Aqui Maquiavel faz uma comparação direta entre a “velha” religião dos romanos e a religião de seu tempo. Ele faz referência ao “verdadeiro caminho” e à “verdade”, que leva o homem a valorizar menos as honras mundanas do que a Salvação e vida no céu, o que “nossa religião” propaga. Para Maquiavel, parece ser mais sensato valorizar as coisas mundanas do que a crença.

Ele não escreve que uma religião é “mais verdadeira” do que a outra, mas se refere a uma passagem do Novo Testamento. Aqui, Jesus se descreve como o caminho, a verdade e a vida. Portanto, refere-se ao cristianismo tomando o verdadeiro caminho para si mesmo, mas não o dogma da religião. Maquiavel continua no Capítulo 15 de “*O Príncipe*”:

Há uma distância tão grande entre a vida como ela é e a vida como deveria ser, que quem ignora o que está acontecendo pelo bem do que deveria acontecer está causando sua queda ao invés de sua própria conservação operar; pois uma pessoa que deseja confessar o que é bom em todos os aspectos deve morrer no meio de tantos outros que não são bons. Portanto, se um príncipe quer se afirmar, ele deve aprender a capacidade de não ser bom e usá-la ou não de acordo com a ocasião. (MAQUIAVEL, 2007, p. 60)

Na obra *Discorsi (Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio-1513-1521)*, em um dos capítulos mais polêmicos, Maquiavel descreve a religião como “*instrumentum regni*” que seria um meio de manter o povo unido, tornando o governo forte, seguindo o exemplo do antigo paganismo romano, em que a religião tinha essencialmente uma função pública: o autor elogia, então, o modelo romano e critica fortemente a Igreja do século XV-XVI, cuja corrupção tem estimulado muitos fiéis a se afastarem da religião e cuja má política causou a divisão e a fraqueza dos Estados italianos, fato provado pelas guerras do início do século XVI, travadas em solo italiano por potências estrangeiras. Essas considerações estão ligadas à visão completamente secular de Maquiavel do Estado e do direito, este último também descrito em outro lugar como um meio de manter a ordem social, e, certamente, não como uma expressão da justiça divina.

Embora, muitas vezes, tenha sido julgado um inimigo da religião e do Cristianismo em particular, Maquiavel argumentou que a religião é necessária para fundar, preservar e reformar as repúblicas e que a religião cristã, se devidamente fundamentada, seria um apoio válido para a liberdade republicana. Em seus escritos, ele defende que o bom cristão deve ser um bom cidadão, servir ao bem comum, obedecer às leis, combater a corrupção e a tirania. Sua crítica severa à corrupção religiosa italiana e à Igreja de Roma pode ser entendida em seu significado histórico no contexto político e espiritual. O secretário era inimigo da má religião porque queria ver renascer uma verdadeira religiosidade, aliada da liberdade política.

Para Maquiavel, parece que Deus não corresponde a nenhuma verdade transcendental: Deus é a palavra que inspira medo nas almas mal educadas, que é usada pelos governantes para fazer cumprir a lei da sociedade. Portanto, religião como *instrumentum regni*. Maquiavel, lidando com a religião civil, divide automaticamente o fenômeno religioso em *instrumentum regni* (prerrogativa dos poderosos e religiosidade relegada às "massas"). Para sobreviver, a religião civil (suposta defensora das boas ordens) não pode prescindir de seus observadores. E, para observar, é preciso acreditar; para acreditar, é preciso ter medo de Deus, do seu castigo, do desejo instintivo de poder. É óbvio que um Deus sem apóstolos não faria sentido. Mas, para Maquiavel, os príncipes e líderes podem muito facilmente não possuir nenhuma virtude moral, embora, para manter o consenso público, eles devam, pelo menos, gabar-se de sua aparência.

O que importa é que a ideia de Deus esteja firme no coração frágil dos "plebeus". Portanto, Maquiavel ensina mestres a dominar e servos a servir. Reduz a melhor ordem social possível a uma república arbitrária na qual alguns dominam, e outros concordam. O mérito de quem não acredita, fingindo acreditar, deve ser recompensado com o cumprimento de sua vontade de poder. Porque deles é uma humanidade superior, digna do trono, dada a incurável contradição maquiavélica entre religião civil e espiritualidade. Para ele, os homens nascem para governar ou para servir, é a natureza que lhes dá mais ou menos inteligência para alcançar a escalada para o sucesso mundano. Maquiavel ensina os "superiores" a administrar bem suas qualidades inatas, a adaptá-las à realidade; porque não há outro fim senão o terrestre, não há outro sentido senão aquele intrínseco ao cruel jogo da vida.

O secretário florentino não se importa se os homens acreditam ou não em Deus, nos deuses pagãos ou na Natureza. A religião continua sendo um método arbitrário, mas indispensável para o propósito de reconciliar nossa alma e fortalecer o governo. Religião e sociedade estão interligadas e são responsáveis pela sobrevivência dos homens. Assim como a religião civil não pode existir sem espiritualidade, a sociedade não pode existir sem religião - entendida por Maquiavel precisamente como uma canalização de esperança.

Maquiavel enxergava a religião de uma forma oportunista: para ele, não importa veracidade, muito menos conceitos de fé. Desde que, coletivamente, os planos do príncipe surtissem efeito, gerando poder e obediência. Para o filósofo florentino, os conceitos e teorias divinas serviam para manipular e organizar as estruturas sociais, instigando o temor a Deus, com o objetivo de atingir a obediência da massa em geral. Para Maquiavel, o importante era o príncipe utilizar os conceitos e práticas religiosas ao seu favor, colocando a fé a serviço da política, o que torna o filósofo conhecido como um dos precursores da ciência política

moderna, pois defendia que o sagrado poderia fortalecer o governo dos príncipes, consolidando a manutenção do país.

4.3. As formas de governo no pensamento de Maquiavel

Maquiavel é considerado o fundador da ciência política moderna, aquela que distinguiu seu propósito da moralidade, à qual a política sempre esteve ligada e subordinada. Ele acredita que o campo da ação política é baseado em leis específicas próprias e, com base nessas ações, são avaliadas. O critério do bem ou do mal moral substitui o do lucro ou do dano político. A autonomia da política se expressa em julgar uma ação boa ou ruim em uma base diferente da moralidade.

Talvez seja menos conhecido que Maquiavel também introduza inovações dentro da história da terminologia política, como já se expressa na primeira declaração do primeiro capítulo do *Príncipe*: “Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados” (Maquiavel, 2007, p.4).

Em primeiro lugar, ele define os “domínios”, organizações políticas, com o termo “Estado”, uma peculiaridade que faz dele o inventor da palavra em seu significado atual, moderno – distinto do “status” como classe ou condição social – para indicar o que os gregos haviam chamado de “polis” e os romanos, “res publica”³⁶. Maquiavel criou uma nova classificação de formas de governo, uma vez que a tradicional partição aristotélica substitui a república-principado.

Aristóteles dedicou dois dos oito livros da *Política* à exposição de formas de governo, de acordo com uma classificação que será retomada e repetida nos séculos seguintes. Segundo ele, o poder da cidade pode ser exercido por um, alguns ou muitos, dando vida respectivamente ao reino (a monarquia), à aristocracia e à política, com os quais contrasta a degeneração correspondente de tirania, oligarquia e democracia. Na verdade, essa articulação tripartite baseia-se no duplo critério de quem governa e como governa, de modo que se tem monarquia, aristocracia e política se a única pessoa ou as poucas pessoas ou as muitas pessoas que governam fazem isso bem, ou seja, perseguindo o interesse comum, o bem público; se, por outro lado, qualquer um que detenha o poder não está mirando no bem de todos, mas, para seu próprio bem, a degeneração ocorre: se eles governam apenas um, passamos da monarquia

36 *Res publica* é uma expressão de origem latina que significa “coisa do povo”, “coisa pública”. É a derivação da palavra república. O termo comumente se refere a algo que não é classificado como propriedade privada, mas que é mantida em conjunto por muitas pessoas.

para a tirania; se eles governam poucos, passamos da aristocracia para a oligarquia, e, se eles governam muitos, a democracia desliza.

Claramente com distinção inicial entre as formas de governo, Maquiavel lida com os principescos do *Príncipe* e da república nos *Discursos*. Se, no primeiro, o autor celebra as virtudes do monarca, no segundo, ele revela simpatias republicanas. Essa contradição afetou os estudiosos; a solução mais comum é distinguir as motivações dos dois escritos. Na verdade, enquanto os *Discursos* formulam a orientação republicana básica do autor, o *Príncipe* é um trabalho de política militante, mais ligado aos acontecimentos da época e às questões históricas.

Para lidar com a crise italiana de seu tempo, o autor considerou necessário criar um Estado novo e forte, que poderia ser o resultado da habilidade política de um indivíduo. Isso não nos surpreende se considerarmos que as reflexões de Maquiavel sempre descendem de uma relação direta com a realidade histórica. Nada estranho, portanto, se ele incluiu em um trabalho a síntese de sua reflexão teórica geral e confiou a outros suas propostas destinadas a condicionar o quadro político contemporâneo no futuro imediato.

No *Príncipe*, introduzindo os vários tipos de principados, Maquiavel distingue três: hereditário, novo e eclesiástico. É o último que mais lhe interessa e ao qual ele dedica a maior parte de seu tratamento. Os principados hereditários, nos quais o poder é transmitido por uma lei de sucessão, podem, por sua vez, ser de dois tipos, dependendo se são governados por um príncipe, e todos os outros servos; ou para um príncipe e barões, que não pela graça do Senhor, mas pela antiguidade do sangue, mantêm esse grau. Aqueles Estados que se governam para um príncipe e para servos têm seu príncipe com mais autoridade. A razão básica para a distinção está na forma como o príncipe administra o poder, ou seja, se ele faz isso absolutamente ou não. No primeiro caso, entre ele e seus súditos, há uma relação mestre-servidão, na qual o conceito da monarquia despótica é encontrado. No segundo caso, há a intermediação da nobreza, cujo poder não depende de uma concessão do soberano, mas de uma tradição baseada na linhagem. Embora ele esteja acima de todos, na presença de uma classe de “barões”, seu poder é, pelo menos, compartilhado, se não parcialmente limitado. Além disso, embora essa forma de principado não possa ser considerada um governo livre em seu próprio direito, o que o diferencia do principado despótico é, no entanto, a existência de uma ordem independente, e, nesse sentido livre, com respeito ao soberano, enquanto característica do principado despótico, todos, menos o soberano, são “servos”.

O caminho para se tornar um príncipe torna-se mais fácil, como foi visto no Capítulo III, se for realizado graças à fortuna, mas, neste caso, o poder é mantido com grande

difficuldade, pois é com sua própria *virtù* que o príncipe pode superar os obstáculos devido à inconstância da própria fortuna. A fortuna nada mais é do que o conjunto de circunstâncias objetivas em que o político se encontra agindo, administrado pela pura aleatoriedade e independente de sua vontade. A *virtù* do príncipe consiste em direcionar sua ação, tentando explorar com oportunismo todas as oportunidades que as circunstâncias lhe oferecem, enfrentando adversidades e moldando de acordo com suas necessidades da massa disforme de situações, momentos, contingências, eventos, oferecidos pela fortuna. Não é uma força cega e irresistível, apesar do fato de que muitos tiveram e têm opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna, e por Deus, e que homens com prudência não podem corrigi-los.

No que diz respeito aos reinados obtidos por meio da maldade e da violência, podemos fazer uma pequena distinção do que acaba de ser dito, em relação à tirania. Mesmo neste caso, Maquiavel não condena os princípios que foram utilizados para chegarem ao poder de forma sangrenta, mas faz uma distinção ao leitor com base no que é a única regra de avaliação do político: a capacidade de preservar o Estado, a estabilidade política. Um aspecto é o uso da crueldade, se se limita ao momento em que se tem que lutar pelo poder; outro é persistir ainda mais tarde, com atitudes despóticas e opressivas. Uma vez que ganhou poder, é bom garantir o respeito pelos súditos, por meio de maneiras mais convenientes e decentes do que aqueles usados para obtê-lo. O fim desses tiranos é logo escrito, pois eles não entenderam que atos cruéis são feitos apenas uma vez por necessidade, para garantir o poder.

Finalmente, o principado civil é definido como tal quando o príncipe chega ao poder com o favor de seus concidadãos. Não é indiferente receber o apoio de uma ou outra das duas classes sociais, para fins de gestão do reino. Maquiavel inclina-se para o povo, convidando o príncipe para mantê-lo amigo. Se, pelo contrário, ele preferir o apoio dos grandes, enfrentará duas desvantagens arriscadas: em primeiro lugar, eles se considerarão iguais a ele e não se submeterão voluntariamente ao seu comando, pelo contrário, poderiam tentar demiti-lo com a intenção de colocá-lo em seu lugar; em segundo lugar, o príncipe vai achar muito difícil satisfazer seus desejos, pois o grande pedirá para comandar e oprimir o povo; pelo contrário, este último exigirá nada mais do que ser oprimido.

Este é o caminho que cada Estado é forçado a viver por necessidade histórica, porque, se uma forma de governo é boa, é de curta duração e, se é ruim, é fundamentalmente instável. O príncipe torna-se vulnerável, que é então derrotado por mocinhos, que, destemidos, tornam-se oligarcas. Eles estão em colapso, portanto, porque uma república popular será formada, até que sua mudança licenciosa ocorra.

É evidente que o ponto de referência de Maquiavel é Políbio³⁷, porém o autor florentino se desprende do *polibiano*, pois não aceita que essa sequência possa se repetir indefinidamente, dada a fragilidade do sistema político. Suas dúvidas surgem ao conectar essa sucessão de formas de governo com o plano concreto das relações históricas, por isso é improvável que, uma vez que todas as seis fases de transformação tenham sido vivenciadas e superadas, um Estado esteja em posição de recomeçar seu ciclo. É mais lógico pensar que sua fraqueza e sua precariedade o levarão a ser objeto de metas expansionistas de outros Estados vizinhos, mais bem ordenados, determinando seu fim com completa escravidão.

A teoria dos ciclos revela-nos a concepção naturalista da história que é própria de Maquiavel, uma história da qual é possível derivar as leis que regulam o desdobramento dos acontecimentos. Saber o que aconteceu e entender por que isso aconteceu permite ao estudioso também observar o que está prestes a acontecer e, portanto, também o impedir, caso não seja desejável, fato este que sustenta a hipótese de investigação deste trabalho que defende que a teoria de Maquiavel é atemporal e válida em diversos momentos históricos. A hipótese da existência de leis históricas baseia-se no pressuposto de que a natureza humana é composta de personagens comuns e constantes ao longo do tempo, que guiam as pessoas para os mesmos desejos e paixões. Se os homens, como tal, são sempre atraídos pelas mesmas ambições e movidos por desejos idênticos, a repetição do comportamento e, conseqüentemente, a realização de todo o ciclo de formas de governo são explicados, porque todas as coisas do mundo, em todas as épocas, têm sua própria resposta nos tempos antigos. Isso ocorre porque, sendo aqueles operados por homens que sempre têm as mesmas paixões, é necessário que eles tenham o mesmo efeito.

Por causa da natureza dos homens, todas as formas de governo são, em última análise, más e boas: boas porque são de curta duração e ruins como tal. No entanto, o homem possui a capacidade de abstrair ensinamentos úteis da dinâmica da história, assim como aqueles que conheciam esse defeito, fugindo de cada um desses caminhos para si mesmos, julgando-o mais firme e estável; porque um olha para o outro, ou seja, na mesma cidade, o Principado.

A solução que nos conta a história (no contexto do Políbio, que continua a ser a fonte de inspiração), a fim de superar o problema da repetição de ciclos e da instabilidade política, é o estabelecimento de um Estado misto; uma forma de governo que inclui em si as características do principado, da república do excelente e da república do povo.

37 Maquiavel foi o primeiro teórico da modernidade que citou Políbio em seus pensamentos políticos, de fato estabelecendo com o historiador da Megalópole, nos capítulos iniciais dos Discorsi, um diálogo original de seu próprio pensamento político.

Neste ponto, estamos diante do que parece ser uma contradição adicional entre o Maquiavel, teórico da política, os discursos e os maquiavélicos, conselheiro político, do *Príncipe*, em que ele argumenta que os “Estados médios” não têm razão para existir nem trazem qualquer uso à causa da manutenção de um Estado, o objetivo principal da análise maquiavélica. Sem nos repetirmos sobre a questão das supostas ou reais contradições entre as duas obras, apenas notamos uma diferença sutil na terminologia. No *Príncipe*, ele falava de “Estados Médios”, que não são nem repúblicas nem principados, não possuindo os atributos completos de qualquer tipo. Neste caso, no entanto, ele usa a definição de “Estado Misto”, recorrendo a Políbio. O “Estado Médio” é algo que não representa nenhum dos dois, está no meio do caminho, não é mais o Estado anterior, mas ainda não o próximo. No “Estado Misto”, há obviamente aqueles elementos que compõem o coração das três formas, dando vida a um novo modelo diferente porque contém o melhor dos três.

Com essas conclusões, o autor florentino rompe com a tradição que identifica o bem político sempre em conformidade e atribui a controvérsias e tumultos – como ele os chama repetidamente – um papel muito positivo na vida política. A grandeza – a fortuna, em termos de glória – de Roma foi que ela foi capaz de canalizar esses contrastes para um caminho, um caminho que se abriu para um resultado institucional. Roma foi capaz de aceitar os problemas que vieram da sociedade, fazendo-os fluir em direção a uma solução política, a das boas leis. Não reprimiu o conflito social pelas regras forçadas, mas o institucionalizou, transformando o cargo do qual era o portador em reformas do sistema legislativo.

O Estado Misto é, de alguma forma, o espelho de uma sociedade diversificada, cujos componentes estão em concorrência uns com os outros, mas é justamente essa competição que garante a liberdade. Mais uma vez, Maquiavel apresenta temas que terão notáveis desenvolvimentos na modernidade.

4.4. “Os fins justificam os meios”

“O fim justifica os meios” é a famosa frase que, na linguagem popular, associa-se ao *Príncipe* de Nicolau Maquiavel. A partir dessa concepção, ao longo dos séculos, desenvolveu-se o chamado “maquiavelismo”, termo que indica uma doutrina política e um exercício de poder marcado por ações implacáveis e inescrupulosas, disposto também a fazer o mal para atingir seus objetivos. No entanto, a ideia de que Maquiavel teorizou essa doutrina política deriva de uma leitura equivocada (ou, pelo menos, superficial) de *O Príncipe*. Na verdade, o

pensamento de Maquiavel, embora questionável em alguns pontos de vista, é muito mais complexo, mais sutil, e deve ser mais bem contextualizado e esclarecido.

Em primeiro lugar, a atribuição a Maquiavel da frase “o fim justifica os meios” pode ser facilmente excluída pela leitura de *O Príncipe*. Na verdade, esta frase não está escrita em nenhuma das suas obras. No entanto, esta simples observação não é suficiente para descartar o problema. Com efeito, em *O Príncipe*, é possível encontrar uma frase que, de uma maneira um tanto diferente, expressa substancialmente esse conceito. No Capítulo XVIII de seu tratado, Maquiavel escreve:

Deve-se compreender que um príncipe, e em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião (MAQUIAVEL, 1513, p. 69).

Aqui, embora não encontremos literalmente a expressão “o fim justifica os meios”, o que Maquiavel expressa pode parecer perfeitamente sobreposto em um nível conceitual. Mas, lendo com atenção, fica claro que Maquiavel não justifica os meios em qualquer caso e a qualquer custo, mas estes “serão julgados honrados e por todos elogiados” apenas para “manter o estado”. Com efeito, o príncipe deve agir pelo bem do Estado e pela sua manutenção: só neste sentido é “justificável” a ação do príncipe (seja qual for o meio que utilize).

Maquiavel observa figuras políticas amorais, moldando-as. Daí a expressão referida a ele “os fins justificam os meios”, pois ele não quer somente entender a política, mas mudá-la. *O Príncipe* é dedicado à família Medici para auxiliar sua manutenção no poder, buscando oferecer indicações politicamente boas, preservando o Estado. Ele é considerado amoral, mas, na verdade, também pode ser profundamente moral porque encara a realidade como ela se encontra. *O Príncipe* é um conjunto de conselhos para fundar um Estado nacional, não mais regional, oferecendo conselhos e indica situações a serem evitadas, daí a importância dada por ele a sua maior obra.

Para Maquiavel, a política não deve ser subordinada à moralidade. Ele tem seu próprio posicionamento que rejeita o moralismo abstrato dos humanistas porque descobre a realidade da política, e tem em mente os riscos que a Itália corre, percebendo a grande fraqueza dos príncipes. Esses elementos não são suficientes para explicar a abordagem de Maquiavel porque, em *Discorsi*, os ideais são os mesmos, mesmo que o tom fosse mais calmo. Maquiavel não nega moralidade, mas a considera subordinada à política. Na verdade, nada é

imoral na política além de escolha ineficaz. Pessimismo antropológico é uma opção teórica injustificada de Maquiavel, uma premissa arbitrária. Desta forma, ele acredita que pode criar uma política eternamente válida, sustentando a hipótese desta pesquisa de dissertação que atribui um caráter atemporal às teorias de Maquiavel.

Os temas individuais tratados por Maquiavel são muitos e ricos em exemplos históricos. Basta dizer que, após analisar as formas pelas quais é possível tomar o poder, Maquiavel se detém sobretudo na forma como o príncipe deve agir para manter o poder e não perdê-lo. Nesse contexto, o autor dedica amplo espaço ao comportamento que o príncipe deve assumir para com seus súditos. É justamente nesses capítulos que alguns dos argumentos de Maquiavel, se interpretados superficialmente e não contextualizados, podem aparecer muito próximos do conceito resumido na frase “o fim justifica os meios”. Em outras palavras, o que Maquiavel diz é que, para manter o poder, o príncipe pode recorrer a todos os meios, mesmo violentos se necessário.

Embora Maquiavel fosse, do ponto de vista ideológico, um republicano, ele acreditava que a única forma política concretamente viável naquele momento histórico era o principado, uma organização política bastante difundida na Itália do século XVI. Essa discrepância não é estranha se considerarmos o aspecto realista e pragmático do pensamento de Maquiavel. Ele não quer descrever um Estado perfeito e ideal, ele não busca uma forma política utópica, mas a forma de governo concretamente realizável na Itália de seu tempo que está em meio às guerras, em um momento de grande crise política, em que a península é disputada pelas grandes potências estrangeiras. Assim, Maquiavel é um republicano do ponto de vista ideológico, mas também realista, e acredita que, naquele momento histórico, a melhor forma de governo possível e sobretudo viável é o principado.

Dentro desse realismo, o autor analisa o que o príncipe deve fazer para manter o Estado. Obviamente, esta é uma questão muito prática e não moral. Em particular, o príncipe deve assumir todas as atitudes que permitem a sobrevivência e a estabilidade de seu governo, mas essas atitudes, às vezes, podem não coincidir com a moral. Como resultado, às vezes, pode ser necessário deixar de lado a ética para um bem maior: o Estado. É por isso que “o fim justifica os meios”: o bem e a estabilidade do Estado consistem na meta do príncipe, e esse fim deve ser realizado não com os meios mais justos do ponto de vista ético e moral, mas com os meios mais apropriados e eficazes para fazer acontecer.

A interpretação distorcida do pensamento de Maquiavel reside precisamente no erro de ter julgado moralmente um texto que, de forma alguma, queria ser moral. Se o objetivo do tratado de Maquiavel é ilustrar como um príncipe pode manter o Estado, segue-se que ele

deve, antes de mais nada, ser um bom governante. Um estado mal governado, no qual o governante se comporta como um déspota, está inevitavelmente condenado à morte.

O bom príncipe, portanto, deve, antes de tudo, servir aos interesses do Estado. No entanto, esse interesse também pode não coincidir com o interesse do povo, nem com o do próprio príncipe. Mas agir moralmente, fazer o bem dos cidadãos é, segundo Maquiavel, condição essencial para a manutenção do Estado. Ele acredita que o mal cometido pelo príncipe deve ser sempre direcionado para o bem dos súditos, caso contrário, volta-se contra quem o usa, causando sua ruína.

Portanto, sempre agindo pelo bem do Estado, o príncipe poderia eventualmente recorrer a meios imorais, mas única e exclusivamente se a necessidade o exigir. Maquiavel está bem ciente de que ações como assassinato ou mentira são repreensíveis e moralmente inconcebíveis, mas ele distingue claramente entre julgamento moral e julgamento político. Na verdade, comportamentos que podem ser ruins de acordo com a moral podem ser bons politicamente e vice-versa. A crueldade, às vezes, pode ser necessária para o político, porque ele tem que enfrentar a natureza maligna dos homens, portanto, é uma questão de comportamento que, às vezes, torna-se obrigatória. Maquiavel faz uma distinção entre “crueldade mal usada” e “bem usada”:

Penso que isto resulte das crueldades serem mal ou bem usadas. Bem usadas pode-se dizer serem aquelas (se do mal for lícito falar bem) que se fazem instantaneamente pela necessidade do firmar-se e, depois, nelas não se insiste mas sim se as transforma no máximo possível de utilidade para os súditos; mal usadas são aquelas que, mesmo poucas a princípio, com o decorrer do tempo aumentam ao invés de se extinguirem. (MAQUIAVEL, 1513, p. 36)

Consequentemente, a crueldade jamais poderia ser justificada se não fosse ocasionalmente exigida por necessidade para o bem do Estado. Alguns comportamentos cruéis e imorais só podem ser adotados pelo político e apenas se estritamente necessários para esse bem maior. Mas a mesma afirmação "o fim justifica os meios", embora seja usada para resumir esse pensamento, é imprecisa. Maquiavel não quer "justificar" de forma alguma: esse verbo introduz precisamente aquele critério moral que Maquiavel deseja excluir. Ele simplesmente observa que algumas atitudes, morais ou imorais, são necessárias para o bem do Estado.

Maquiavel nunca argumentou que “o fim justifica os meios” de forma absoluta, para justificar qualquer maldade. Em suma, Maquiavel não deseja um príncipe inescrupuloso e mau, mas um soberano esclarecido a serviço de seus súditos, capaz de estabelecer um Estado

bem ordenado e seguro, que garanta o bem-estar e a tranquilidade do cidadão. A figura de Maquiavel não gozava de uma fama positiva. Em 1559, todas as suas obras foram incluídas no índice de livros proibidos, embora continuassem a circular. Já então começou a difundir-se a fórmula “o fim justifica os meios”, que gostaria de resumir todo o “maquiavelismo” (termo que hoje tem um significado negativo).

Os protestantes ingleses e franceses viram em Maquiavel a imagem perfeita do cinismo político dos italianos e jesuítas. Assim, o adjetivo “maquiavélico” passa a ser sinônimo de enganador intrigante, malicioso e inescrupuloso. Na Inglaterra, o nome de Maquiavel define o estereótipo do italiano, visto como planejador de enganos e tramas secretas.

Aqui está um estudo sobre uma frase nunca dita, “o fim justifica os meios”, que marcou um grande pensador. Também por isso hoje é importante estudá-lo e redescobri-lo, para apreciar a verdadeira essência de um importante filósofo do Renascimento.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objeto de estudo as teorias políticas de Nicolau Maquiavel. A nossa hipótese de trabalho foi a de que Maquiavel foi o criador de uma teoria política própria e revolucionária para a época, expondo ensinamentos atemporais, uma teoria que seria válida em todos os tempos, desmistificando a ideia de que o Florentino seria um mero agente revelador dos acontecimentos que estavam ocorrendo no seu tempo.

Como observado, verificou-se, no transcorrer dos capítulos, a confirmação da hipótese, atingindo o objetivo proposto, tomando como base de apoio todo o procedimento metodológico, fundamental para a conclusão da presente pesquisa. O trabalho teve como base a contribuição de importantes teóricos, pesquisadores de Maquiavel, como Nogare (1981), Bignotto (1991) e Viroli (2002), entre outros, com o objetivo de investigar os princípios maquiavelistas relacionados à ética, política e conflito civil. A preferência pelos autores tiveram por objetivo evidenciar a comprovação da hipótese, atingindo os objetivos e solucionando o problema, ao mesmo tempo em que “navegamos” pela trajetória filosófica e histórica do sábio Florentino de modo coerente.

Analizamos as ideias e contribuições de Maquiavel para a Itália no século XVI, fazendo um paralelo entre os fatos políticos ocorridos na sua cidade natal (Florença), onde havia muita luta por mudanças e um sentimento de desejo por uma unidade política. Com o objetivo de entender as “raízes” históricas que levaram Maquiavel a desenvolver suas teorias, pesquisamos sobre os períodos Trecento e Quattrocento, analisando a organização política da cidade de Florença, bem como os Médici, que foram fundamentais em todo o processo teórico idealizado pelo filósofo.

No Capítulo III, foi feito um estudo sobre a *Virtù* e Fortuna, demonstrando o uso dos termos que estão sempre presentes nas obras de Maquiavel e foram utilizados por ele em seus escritos e constantemente abordados por filósofos e teóricos. Portanto, analisamos a especificidade da obra maquiaveliana quanto ao sentido e ao contexto em que foram empregados os termos *virtù* e fortuna, abordando seus diversos significados e variedades apresentadas, já que não apenas Maquiavel fazia uso dos termos, mas também seus contemporâneos faziam referência em mais de uma acepção.

Reforçando a hipótese da dissertação, a pesquisa evidenciou os aspectos religiosos atrelados à teoria política de Maquiavel, demonstrando que o Príncipe pode se beneficiar e levar vantagem pelo fato de a religião ser atemporal, pois, aderindo aos princípios da igreja, o meio religioso poderá ser um instrumento eficaz que será utilizado muito além da morte do

governante. No tópico “Os fins justificam os meios”, foi feita uma análise a respeito da autoria da suposta frase, se teria ou não sido declarada por Maquiavel, constatando que não existem registros com essas palavras ditas pelo filósofo. Mais uma vez, comprovamos nossa hipótese de investigação ao verificar o caráter atemporal das teorias de Maquiavel, pois a famosa frase “os fins justificam os meios” continua sendo objeto de estudo há séculos, gerando discussões e debates em torno da autoria.

A pesquisa trouxe importantes questionamentos referentes às teorias de Nicolau Maquiavel, tratando da atemporalidade dos seus escritos e teorias, tomando, inclusive, um caminho inédito relacionado com fatos “recentes” e com o presente, quando, no tópico 4.1, denominado “Maquiavel e as estratégias político-militares”, fazemos referência à Segunda Guerra Mundial e ao político Russo Vladimir Putin, deixando em aberto futuras discussões acerca da atemporalidade dos escritos de Maquiavel, trazendo a possibilidade de continuidade da pesquisa em um contexto inédito e contemporâneo, abordando as teorias do filósofo florentino em um contexto atual, numa futura tese de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Bruno Santos. **Glória e virtú em O Príncipe de Maquiavel**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- AMES, José Luiz. **Religião e política no pensamento de Maquiavel**. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 47, n. 113, p. 51-72, 2006.
- BURCKHARDT, Jacob; TELLAROLI, Sérgio. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. Editora Companhia das Letras, 2009.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2003.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel historiador**. *Revista USP*, n. 29, p. 182-188, 1996.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. Edições Loyola, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Editora Universidade de Brasília, 1980.
- CONSTANT, Benjamin. **De la liberté des anciens comparée à celle des modernes**. Fayard/Mille et une nuits, 2010.
- DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.
- DA SILVA FERNANDES, Cássio. Jacob Burckhardt e Aby Warburg: **da arte à civilização italiana do Renascimento**. *Locus: revista de história*, v. 12, n. 1, 2006.
- DE AMORIM, Edson Luis. **Aspectos morais e religiosos da ação política, em Maquiavel**. 2010.
- DE MAGALHÃES, Leonardo Vello. **Conflito e Liberdade em Maquiavel**. 2015. Tese de Doutorado. PUC-Rio.
- DE SOUZA, Flavia Roberta Benevenuto. **Virtù e valores no pensamento de Maquiavel**. 2003.
- DE TOLEDO, César de Alencar Arnaut; BERNARDO, Leandro Ferreira. **Virtù e Fortuna no pensamento político de Maquiavel**. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 24, p. 91-102, 2002.

DIAS, Carlos Eduardo Ruas et al. **Política e conflito civil no pensamento de Maquiavel**. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRIEDMAN, Michael. Ernst cassirer. 2004.

GIL, Antonio Carlos; VERGARA, Sylvia Constant. **Tipo de pesquisa**. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2015.

GILBERT, Felix. **On Machiavelli's Idea of *virtù***. Renaissance News, v. 4, n. 4, p. 53-55, 1951.

Giuliana Lima. **Moral Política Segundo Nicolau Maquiavel**. 2015. Disponível em: <https://giulima08.jusbrasil.com.br/artigos/339339930/a-moral-politica-segundo-nicolau-maquiavelA>. Acesso em: 25 out. 2020.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

História do mundo. Martinho Lutero. 2020. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/martinho-lutero.htm>. Acesso em: 23 out. 2020.

KERSTING, Wolfgang. **Niccolò Machiavelli**. CH Beck, 2006.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma**. Companhia das Letras, 1998.

MACHIAVELLI, Niccolò. Il principe. **Il Principe**, p. 1-134, 2009.

MACHIAVELLI, Niccolò; CINTI, Federico. **L'arte della guerra**. Istituto Editoriale Italiano, 1928.

MACHIAVELLI, Niccolò. **Florentine histories**. Princeton University Press, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução: Sérgio, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe (1513)**. LCC Publicações Eletrônicas. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>>. Acesso em: set, 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau; TZU, Sun; HOLZSCHUH, Paulo. **A arte da guerra**. Editora Évora, 2010.

MEINEKE, Stefan. Friedrich Meinecke. In: **Friedrich Meinecke**. De Gruyter, 2018.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismo e anti-humanismo**. Petrópolis: Vozes, 1981.

PADOVANI, Umberto A. **Il fine giustifica i mezzi?**. Rivista di Filosofia Neo-Scolastica, v. 9, n. 5, p. 432-445, 1917.

PERSPECTIVA SOBRE A MODERNIDADE, Outra. **Democracia e formas de governo em Espinosa e Maquiavel**. 2020. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

SADEK, Maria Tereza. **Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. Os clássicos da política**, v. 1, n. 3, 2001.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das letras, 1978.

SPINOZA, Baruch. **Tractatus theologico-politicus**. In: Prophecy. Springer, Dordrecht, 2001. p. 544-586.

STERLING, Richard W. **Ethics in a world of power: the political ideas of Friedrich Meinecke**. Princeton University Press, 2015.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. Tradução e apresentação à edição brasileira de Élcio Verçosa Filho. São Paulo: É Realizações, 2015.

URMSON, James Opie. **The Greek philosophical vocabulary**. 1990.

VIROLI, Maurizio. **O Sorriso de Nicolau: a história de Maquiavel**. Estação Liberdade, 2002.

VIROLI, Maurizio. **Machiavelli**. OUP Oxford, 1998.

WOOD, Neal. **Machiavelli's Concept of virtù Reconsidered**. *Political Studies*, v. 15, n. 2, 1967.

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. **Reflexões sobre Maquiavel-Leo STRAUSS**. *Controvérsia*, v. 15, n. 2, p. 118-124, 2019.